

Zema exalta base para novo mandato, pede adesão ao RRF e conclusão de ações

Luana Pedra

Governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) exaltou neste domingo (1), em pronunciamento antes de tomar posse para o segundo mandato, uma possível nova base aliada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que, segundo ele, o ajudou a vencer as eleições de 2022. Zema também pediu adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) por parte do governo e também destacou que trabalhos, segundo ele já iniciados, estão em condições de conclusão tão logo.

Gostaria de agradecer, primeiramente, os dez partidos que acompanharam a nossa campanha à reeleição. O PP, o Podemos, o Solidariedade, o Patriotas, o Avante, o PNM, o Agir, o DC, o MDB e o Novo. Essa união dos partidos demonstra que eu cheguei aqui para esse segundo governo numa situação muito diferente do primeiro. Se eu citasse os partidos que me apoiaram quatro anos atrás, eu estaria citando apenas o Partido Novo. Então, isso vai possibilitar a esse novo governo uma base aqui na Assembleia e consequentemente muito mais realizações, afirmou Zema.

LEIA MAIS

Na sequência, Zema voltou a tocar no tema do RRF. A adesão ao regime é vista pelo Governo de Minas como solução para sanar uma dívida com a União que gira em torno de R\$ 140 bilhões, mas é criticada pela oposição por gerar uma possível tensão a respeito de congelamento de salários e demais investimentos em Minas Gerais. O governador nega esta possibilidade.

Eu destaco entre as realizações que nós precisamos avançar aqui, é a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal que vai propiciar o equilíbrio nas contas públicas e consequentemente o estado ter condição de fazer os investimentos necessários que os mineiros precisam tanto. E além, é lógico, previsibilidade. Quem quer voltar para aquela situação catastrófica, caótica que nós tínhamos há quatro anos atrás?, disse.

Por fim, Zema citou alguns pontos em que o governo pretende empenhar no segundo mandato. Entre eles, a repactuação do termo de Mariana (por conta do rompimento de barragem de rejeitos minerais na Região Central de Minas, em novembro de 2015, que

matou 19 pessoas e causou danos ambientais imensuráveis), expansão do Metrô de Belo Horizonte, construção do **Rodoanel** Metropolitano de BH e conclusão de obras relativas a hospitais regionais.

E temos, como metas importantíssimas a conclusão dos hospitais regionais, que serão concluídos, seis hospitais. A repactuação do termo de Mariana, que está bem avançada. Reforço nas forças de segurança, vamos ampliar o efetivo. A recuperação das estradas que está em andamento e as obras tão importantes aqui na Região Metropolitana, do metrô e do **Rodoanel**. Então, tudo isso está encaminhado, já está acontecendo. E nós teremos aqui, quatro anos, se Deus nos iluminar, de muito desenvolvimento, de muitas realizações, finalizou o pronunciamento, de pouco mais de três minutos.

Posteriormente, Zema tomou posse para o segundo mandato como governador de Minas Gerais. Ele foi reeleito em primeiro turno nas eleições de 2022, em outubro, ao receber 56,18% dos votos válidos.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/01/interna_politica,1439434/zema-exalta-base-para-novo-mandato-pede-adesao-ao-rrf-e-conclusao-de-aco-es.shtml

Veja a íntegra do discurso de Romeu Zema durante a posse

Por Lucas Gomes

O governador Romeu Zema (Novo) foi empossado neste domingo (1) para o segundo mandato. Durante a cerimônia no plenário principal da Assembleia Legislativa, Zema fez um longo discurso em que lembrou de conquistas da primeira gestão e pediu a união entre Executivo e Legislativo.

Quero saudar primeiramente o vice-presidente da ALMG, deputado Antônio Carlos Arantes, em nome de quem eu saúdo todos os demais deputados. Quero também cumprimentar e agradecer a presença dos meus familiares, agradeço também a presença dos familiares do vice-governador e estendo a todas as demais autoridades do Legislativo, Executivo, Judiciário, integrantes das forças de segurança, prefeitos, vereadores, imprensa e demais autoridades que nos honram com sua presença. Há quatro anos iniciava neste mesmo local minha trajetória como gestor público, depois de mais de 30 anos de experiência com empresas, comecei naquele dia uma jornada em serviço aos mineiros. E se os setores públicos e privados são verdadeiramente diferentes, o intuito por trás muito se assemelha quando o olhar do gestor é pelo atendimento às pessoas. No balcão de uma loja ou no serviço de atendimento público, o desejo de quem os procura é o mesmo: ser atendido corretamente, de maneira honesta, justa, e principalmente, receber por aquilo o que paga. Especificamente, no caso do setor público, em tributos. Assim, retorno hoje a essa casa legislativa, no meio da travessia que se renovou por mais quatro anos diante da confiança daqueles que diariamente são atendidos pelos serviços do Estado. Seja na saúde, na educação, estradas, nos campos e nas cidades. O que significa que, em sua maioria, enxergam na atual gestão do governo de MG o atendimento adequado, ou pelo menos melhor do que acontecia antes.

Isso acontece porque o ambiente agora é completamente diferente do momento inicial, assumi o governo de MG em uma situação de total descrença com a política, em um dos piores momentos da história desse Estado. As galerias aqui estavam lotadas de prefeitos em greve simbólica protestando contra um calote inédito provocado pelo Executivo estadual passado. As manifestações que emergiam transformaram o momento solene em cobrança. Justa,

é verdade, mas que naquele momento sequer havia tomado conhecimento do seu tamanho. Portanto, desde o primeiro momento da minha gestão, fui cobrado e sabia que teria um desafio extraordinário para colocar nosso Estado de novo nos trilhos.

Seguir

Como um político novo, além do cenário desolador que Minas se encontrava, pairava sobre o novo governo uma enorme desconfiança. Alguns confundiam ausência de experiência pública com ausência de competência, porém, se equivocaram. Com a mesma humildade que subi na tribuna desta casa há quatro anos, aqui retorno para demonstrar que com trabalho, respeito ao dinheiro público, cortes de mordomias e escolhas de profissionais com competência técnica, é possível fazer governo diferente, com objetivo de transformar o Estado de maneira eficiente, um caminho que não foi fácil. Os desafios que se apresentavam já no primeiro dia de meu mandato, como um estado insolvente, sem recurso para pagar salário, fornecedores e até cumprir os repasses constitucionais com as prefeituras se mostravam ainda maiores ao longo dessa jornada.

Já no primeiro mês do governo, enfrentamos a tragédia de Brumadinho e assumimos a responsabilidade de buscar uma justa reparação aos atingidos, uma justa compensação pelo impacto socioeconômico e ambiental provocado em todo Estado, e de solucionar a crise de insegurança gerada por mais um rompimento de barragem de enormes proporções. Firmamos o maior termo de reparação da história do Brasil, no valor de R\$ 37 bi e que já dá resultados práticos.

Junto com o Ministério Público e essa ALMG, implementamos a lei "Mar de Lama Nunca Mais", que aumentou a segurança dos empreendimentos minerários e tornou mais rigoroso o monitoramento da atividade. As barragens a montante foram proibidas em novos licenciamentos e as já existentes estão em processos de descomissionamento. Estruturas como essas que causaram os desastres de Brumadinho e Mariana serão parte de um passado.

A partir do meu segundo ano de gestão, também enfrentamos a maior pandemia dos últimos 100 anos, que nos colocou sob pressão a ponto de em

determinado momento ter que exigir restrições para o bem estar coletivo. Tivemos que gerenciar uma demanda de saúde pública só vista em cenários de guerra. Entramos em estado de calamidade pública, movemos forças imensuráveis para comprar equipamentos, contratar médicos, abrir leitos e reduzir os impactos da enorme crise sanitária e social. Fizemos a maior operação de vacinação da história, ainda estamos superando a pandemia, mas já ultrapassamos o pior, com relevante índice para nós mineiros: a menor taxa de mortalidade das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. As vidas salvas não tiram a dor e o sofrimento de famílias que perderam seus entes queridos, mas são um alento e demonstração que a gestão pública dos recursos e da saúde foi feita de maneira honesta e com responsabilidade.

Em meio aos desafios previstos e tantos outros inesperados, alcançamos conquistas e melhorias em praticamente todas as áreas de atuação do Estado. Resumidamente, vou elencar aqui as principais. Pagamos R\$ 30 bi em dívida, inclusive com as prefeituras, que agora têm condição de investir. Alcançamos o posto de Estado mais seguro do Brasil, segundo dados do Ministério da Justiça. Aumentos a participação da economia mineira no PIB do Brasil de 8,8% para 9,3%, o melhor resultado em 20 anos. Facilitamos a vida de quem trabalha e produz, geramos mais de 600 mil empregos diretos com carteira assinada. Atraímos mais de R\$ 270 bi em investimentos privados. Reformamos 1.700 escolas estaduais. Retomamos o pagamento do piso mineiro de assistência social e reajustamos o valor do mesmo em 50%, um compromisso com as prefeituras e pessoas mais vulneráveis. Estamos dando uma profissão para 130 mil jovens mineiros que estão participando dos cursos técnicos do Trilhas de Futuro. Tivemos investimentos recordes em saúde com reforma e ampliação de hospitais e das cirurgias eletivas. Fomos também o primeiro Estado da América do Sul a aderir à campanha de zerar as emissões de gases estufa até 2050, demonstrando nosso compromisso com a sustentabilidade. Os servidores passaram a receber em dia os salários e benefícios e tiveram em 2022 a reposição inflacionária, uma obrigação que ficou quase 6 anos sem ser cumprida. Nos momentos críticos da economia brasileira, congelamos tributos e reduzimos impostos para aliviar o bolso dos mineiros e fizemos tudo isso sendo o Estado mais transparente do Brasil, segundo ranking da Controladoria Geral da União. Demonstrando que é possível, sim, fazer gestão pública de maneira honesta, justa e, principalmente, com respeito com recursos públicos.

É verdade que não tivemos somente acertos, mas vale ressaltar que minha gestão tem a humildade de estar

sempre aberta ao diálogo que promova melhorias, sem compromisso com erro, muitas vezes precisamos reavaliar decisões e corrigir rotas. Há conhecimentos que só a experiência é capaz de trazer, mas só é possível alcançá-lo se houver abertura ao diálogo para ouvir contraditórios que permitam ampliar a visão. As urnas mostraram com a nossa vitória em primeiro turno, que nosso saldo é positivo e que estamos trilhando o caminho certo. Por isso teremos mais 4 anos para trabalhar. Após arrumar a casa, e colocar o trem de novo nos trilhos, estamos prontos para fazer essa locomotiva acelerar. Com a experiência adquirida, agora em cenário mais positivo de equilíbrio fiscal, meu compromisso é o de fazer nesses próximos 4 anos um governo muito melhor que o primeiro e para isso conto com o auxílio e contribuição dos senhores e senhoras. Temos muito o que fazer ainda. Em 2023 teremos a retomada das obras dos hospitais regionais há anos paralisadas, uma demanda histórica que começa a se transformar em realidade e vai beneficiar milhares de mineiros. As rodovias começaram a passar por uma grande restauração. Ao longo de quase todo o meu mandato, só pude fazer tapa-buracos, por isso ainda é crítica a situação das estradas e reconhecemos isso. Mas agora estamos recuperando as rodovias com asfalto novo. Colocaremos em obra o **Rodoanel**, que será a maior intervenção viária da região metropolitana das últimas décadas, que vai reduzir o número atrasos e acidentes no Anel Rodoviário. Conseguimos garantir o leilão do metrô de BH, um investimento de mais de \$3 bi, que vai, enfim, melhorar o sistema atual e expandir a linha para o Barreiro, facilitando o transporte de milhares de pessoas na capital. Obras fundamentais para o desenvolvimento de Minas, que vão levar mais que os 4 anos da nova gestão, mas o mais importante já está feito, que é garantir os recursos para execução e começa-las. Em 2023 os produtos rurais de Minas começam o ano com Estado reconhecido como área livre da febre aftosa, o que libera a obrigatoriedade de vacinação, gerando redução de custos e a abertura ao mercado internacional.

Por fim, temos como missão fazer a repactuação dos termos da tragédia de Mariana, que dará finalmente uma justa reparação à população da Bacia do Rio Doce atingida por esse desastre há mais de 7 anos. Seguiremos avançando em todas as áreas, fortalecendo os serviços públicos, economia para que possa se realizar o sonho de termos um emprego digno para cada mineiro. O sonho de dizer que aqui em Minas só não trabalha quem não quer, pois igualdade de oportunidades haverá para todos. Em meu primeiro discurso de posse, disse que Minas sairia da crise em que estava maior do que entrou. Estamos hoje no meio desse caminho de retomada do protagonismo político, econômico e social.

Na maior obra da literatura brasileira, em Grande Sertão Veredas, o mineiro Guimarães Rosa escreveu: "O real não está na saída, nem na chegada, ele se dispõe pra gente no meio da travessia". É agora, percorrendo esse caminho, que podemos influenciar o futuro que deixaremos para os mineiros. A saída já ficou pra trás, é parte do passado, a chegada é uma meta, mas a nossa travessia está em curso e ela será bem mais rápida e bem sucedida se estivermos todos juntos, no mesmo barco, remando na mesma direção. Tenho certeza que o bem estar dos mineiros é interesse comum entre o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, MP, Defensoria Pública e a sociedade civil. Todos temos como missão fazer de Minas e do Brasil um lugar mais livre, mais rico e mais igualitário. Por isso é fundamental que sejamos alinhados sobre o caminho que devemos seguir. Se estamos no mesmo barco e remamos em sentidos opostos, permaneceremos no mesmo lugar. Os maiores avanços que alcançamos ao longo do nosso governo vieram quando, juntos, seguimos em uma mesma direção. Cito como exemplos termo de reparação de Brumadinho e acordos firmados para pagamentos de dívidas com os municípios e também com o TJMG.

Muitas vezes, para remarmos em um mesmo sentido, é preciso que a tripulação discuta sobre qual a melhor rota e chegar a esse entendimento pressupõe diálogo e respeito mútuo. Ao depararmos com dificuldades para um consenso, o caminho deve ser sempre o da flexibilidade para concessões e disposição para continuar o trabalho em busca de união e nunca pra ver quem rema mais forte. Tenham a certeza que o governo de MG seguirá os próximos anos pautado pelos princípios de colaboração, justiça e transparência. Muito dos desafios que enfrentaremos nesse nosso governo só serão superados com apoio dessa casa legislativa. Temos e teremos projetos importantes para destravar o desenvolvimento do Estado. Estamos todos no mesmo barco, temos todos o mesmo objetivo, por isso conto com os senhores e senhoras deputadas para atuarmos como um grande time que conduzirá Minas para outro patamar. Essa é a principal meta do meu segundo governo.

Podem contar também com apoio do Executivo estadual para discutir as pautas relevantes que surgirem do parlamento e que são fundamentais para essa evolução. Vamos caminhar em harmonia com os demais poderes para alcançar um Estado eficiente, que melhore a vida de todos, servindo de exemplo para o Brasil de que é possível um projeto político inovador, com compromisso fiscal, transparência e valorização da execução técnica, voltado exclusivamente para atender corretamente, de maneira honesta, justa e, principalmente, oferecer serviços com qualidade, respeitando os recursos pagos em tributos provenientes do esforço e trabalho

de todos nós mineiros. Teremos, com toda certeza, um ótimo 2023, fica aqui os meus votos de feliz ano novo para todos.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/veja-a-integrado-discurso-de-romeu-zema-durante-a-posse-1.2790172>

Durante discurso, Zema promete metrô e Rodoanel: Demandas históricas

Luana Pedra

Em cerimônia de recondução ao novo mandato, que aconteceu na manhã deste domingo (01/01), no Palácio das Artes, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, o governador reeleito Romeu Zema (Novo-MG) reforçou suas promessas de campanha e afirmou que está "criando condições" para que nos próximos quatro anos o estado tenha um **Rodoanel** Metropolitano e a capital, um metrô mais amplo. Zema aproveitou para criticar as gestões anteriores, que segundo ele, não deram a devida importância para "demandas históricas" de Minas Gerais.

"Aqui na Região Metropolitana, por exemplo, com a capacidade técnica dos servidores do Estado, estamos criando as condições para destravar duas demandas históricas, que são a construção do novo **Rodoanel** Metropolitano e a expansão do metrô de Belo Horizonte, depois de tantos anos de promessas e nenhuma atitude efetiva por parte de quem prometia", afirmou o governador.

No mês de dezembro, Zema celebrou a privatização do metrô de Belo Horizonte. O leilão aconteceu na sede da B3 em São Paulo. A Comporte Participações S/A apresentou lance único no valor de R\$25.755.111. Na ocasião, o governador afirmou que com a privatização do Metrô-BH, ele fecha com chave de ouro seu primeiro mandato.

LEIA: Zema toma posse para segundo mandato como governador de Minas Gerais

"Baseado também no auxílio da equipe de competentes técnicos que fazem parte do nosso governo, a meta agora é acelerar o plano de ação, fazendo com que a cada dia dos próximos quatro anos uma demanda seja concluída e estejamos prontos para novas ações necessárias que inevitavelmente surgirão", reforçou em outra parte do discurso.

Romeu Zema foi reeleito no primeiro turno das eleições de outubro, com mais de 6 milhões de votos - 56,18%. O governador e o vice Mateus Simões foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) no dia 19 de dezembro.

LEIA MAIS

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/01/interna_politica,1439465/durante-discurso-zema-promete-metro-e-rodoanel-demandas-historicas.shtml

Zema foca em alianças e nas demandas históricas

Luana Pedra

Zema exaltou a presença de prefeitos das cidades mineiras, classificando-os como convidados especiais da cerimônia de recondução ao novo mandato, que vai até 2026. No Palácio das Artes, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, Zema ressaltou que a parceria com as prefeituras foi essencial para a sua reeleição e afirmou que os executivos municipais e o estado de Minas Gerais são sócios.

Romeu Zema (Novo) tomou posse ontem para o segundo mandato consecutivo como governador de Minas Gerais. Na duas cerimônias de que participou - de posse e de recondução ao cargo -, falou sobre "protagonismo político" do estado, da formação de base forte na Assembleia Legislativa e exaltou a presença de prefeitos, que chamou de "sócios". Ainda prometeu expansão do metrô e implantação do **Rodoanel** na capital mineira.

Em cerimônia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte, Zema fez o juramento e assinou o termo de posse, sendo assim oficializado como chefe do Executivo estadual até 2026. Ao lado de Zema, esteve o vice-governador eleito Professor Mateus (Novo). Neste ponto, há mudança em relação ao primeiro mandato: Mateus Simões ocupará a vaga de Paulo Brant (PSDB), que deixa o posto. Durante a cerimônia, ele pediu um minuto de silêncio em homenagem ao rei Pelé, que morreu no dia 29.

LEIA MAIS

No discurso de posse, com duração de 20 minutos, Zema pontuou que o trabalho continua e que o segundo mandato é de sequência das ações já tomadas. "Após arrumar a casa e colocar o trem de Minas de novo nos trilhos, estamos prontos para fazer essa locomotiva acelerar. Com a experiência adquirida, agora em um cenário mais positivo de equilíbrio fiscal, meu compromisso é o de fazer nesses próximos quatro anos um governo muito melhor que o primeiro", disse.

Ele também lembrou quando assumiu em 2019. "Com a mesma humildade que subi na tribuna desta Casa há quatro anos, aqui retorno para demonstrar que com trabalho, respeito ao dinheiro público, cortes

de mordomias e escolhas de profissionais com competência técnica é possível, sim, fazer um governo diferente com o objetivo de transformar o Estado de maneira eficiente". Entre citações aos atos do primeiro mandato, Zema disse que Minas Gerais está no meio do caminho de um protagonismo político. Outro item foi o trabalho em conjunto com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), ponto de embates no primeiro mandato.

"É agora, percorrendo esse caminho, que podemos influenciar o futuro que deixaremos para os mineiros. A saída já ficou pra trás, é parte do passado. A chegada é uma meta. Mas a nossa travessia está em curso e ela será bem mais rápida e bem-sucedida se estivermos todos juntos, no mesmo barco, remando na mesma direção. Muitos dos desafios que enfrentaremos nesse novo governo só serão superados com o apoio desta Casa legislativa, completou.

No evento, estavam presentes diversas personalidades políticas, como Fuad Noman, prefeito de BH, e Gabriel Azevedo (sem partido), vereador belo-horizontino e presidente da Câmara Municipal da capital mineira. Chamou atenção que o deputado estadual reeleito Antonio Carlos Arantes (PL) - vice-presidente da ALMG - conduziu os trabalhos, não o presidente Agostinho Patrus (PSD). Agostinho e Zema foram tidos como rivais no primeiro mandato, de 2019 a 2022. O deputado estadual não seguirá no posto para a legislatura de 2023 a 2026 e vai integrar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

Romeu Zema foi reeleito no primeiro turno das eleições de outubro, com mais de 6 milhões de votos - 56,18% do total. O governador e o vice Mateus Simões foram diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) em 19 de dezembro.

Já na cerimônia de recondução ao novo mandato, no Palácio das Artes, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, Zema reforçou suas promessas de campanha e afirmou que está "criando condições" para que nos próximos quatro anos o estado tenha um **Rodoanel** Metropolitano e a capital, um metrô mais amplo. Zema aproveitou para criticar as gestões anteriores, que segundo ele, não deram a devida

importância para "demandas históricas" de Minas Gerais.

"Aqui na Região Metropolitana, por exemplo, com a capacidade técnica dos servidores do Estado, estamos criando as condições para destravar duas demandas históricas, que são a construção do novo **Rodoanel** Metropolitano e a expansão do metrô de Belo Horizonte, depois de tantos anos de promessas e nenhuma atitude efetiva por parte de quem prometia", afirmou o governador.

Em dezembro, Zema celebrou a privatização do metrô de Belo Horizonte. O leilão aconteceu na sede da B3 em São Paulo. A Comporte Participações S/A apresentou lance único no valor de R\$25.755.111. Na ocasião, o governador afirmou que com a privatização do Metrô-BH, ele fecha com chave de ouro seu primeiro mandato.

"Baseado também no auxílio da equipe de competentes técnicos que fazem parte do nosso governo, a meta agora é acelerar o plano de ação, fazendo com que a cada dia dos próximos quatro anos uma demanda seja concluída e estejamos prontos para novas ações necessárias que inevitavelmente surgirão", reforçou em outra parte do discurso.

Meu governo representa todas as regiões e, sobretudo, a continuidade da boa relação entre o Estado e as prefeituras de Minas. Por isso, abrimos o Palácio das Artes para receber os prefeitos, vereadores, lideranças políticas e toda a sociedade civil, que foram fundamentais no trabalho de arrumar a casa que executamos ao longo desses quatro anos , disse.

Foi esse esforço que possibilitou o reconhecimento dos mineiros que, em mais um voto de confiança, nos permitiram a reeleição em primeiro turno. (...) Costumo dizer que as prefeituras e o Estado são sócios. Se as cidades vão bem, Minas vai bem , continuou.

Durante o pronunciamento, o governador ressaltou ações dos quatro anos de gestão no estado e criticou os governos anteriores. Ele afirmou que agora conhece os problemas e soluções necessárias para o estado. Hoje, tenho a tranquilidade em dizer que conheço profundamente os problemas e as soluções para todo o nosso estado, que possui dimensões continentais e complexidades do mesmo tamanho , pontuou.

Em pronunciamento antes da posse, Zema falou de uma possível nova base aliada na Assembleia Legislativa que, segundo ele, o ajudou a vencer as eleições de 2022. O governador pediu também adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Gostaria de

agradecer, primeiramente, os 10 partidos que acompanharam a nossa campanha à reeleição. O PP, o Podemos, o Solidariedade, o Patriotas, o Avante, o PNM, o Agir, o DC, o MDB e o Novo. Essa união dos partidos demonstra que eu cheguei aqui para esse segundo governo numa situação muito diferente do primeiro. Se eu citasse os partidos que me apoiaram quatro anos atrás, estaria citando apenas o Partido Novo. Então, isso vai possibilitar a esse novo governo uma base aqui na Assembleia e consequentemente muito mais realizações , afirmou Zema.

Por fim, Zema citou alguns pontos em que o governo pretende se empenhar no segundo mandato. "Temos, como metas importantíssimas a conclusão de seis hospitais regionais. A repactuação do termo de Mariana, que está bem avançada. Reforço nas forças de segurança, vamos ampliar o efetivo. A recuperação das estradas que está em andamento e as obras tão importantes aqui na Região Metropolitana, do metrô e do **Rodoanel**. Então, tudo isso está encaminhado, já está acontecendo. E nós teremos aqui, quatro anos, se Deus nos iluminar, de muito desenvolvimento, de muitas realizações , finalizou o pronunciamento, de pouco mais de três minutos.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/01/02/interna_politica,1439747/zema-foca-em-aliancas-e-nas-demandas-historicas.shtml

Minas recuperou cerca de R\$ 380 milhões em acordos

Por **Letícia Fontes**

À frente da Advocacia Geral do Estado (AGE) desde 2019, o advogado geral de Minas Gerais Sérgio Pessoa confirmou, em entrevista exclusiva a O TEMPO que irá permanecer no cargo na segunda gestão do governador Romeu Zema (Novo).

Entre os desafios da AGE para os próximos anos está a finalização do acordo de reparação da tragédia causada pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. A expectativa é que o valor do acordo seja pelo menos o dobro da indenização paga pela mineradora Vale em Brumadinho, que foi R\$ 37,68 bilhões.

Durante a entrevista, Pessoa destacou ainda o desejo que temas como o Rodonael, a mineração na Serra do Curral e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) não sejam judicializados.

O Advogado Geral do Estado falou também sobre a dívida de precatórios do Estado, que hoje chega a R\$ 3 bilhões. A meta é que o valor seja pago antes de 2027.

Seguir

Confira a entrevista completa

O senhor tomou posse como advogado geral do Estado em 2019. Nesses quatro anos, qual o balanço que o senhor faz do desempenho da pasta e do governo Zema? Eu diria que eu sou procurador de Estado de carreira, estou há 24 anos na instituição. Essa oportunidade que me foi conferida pelo governador Zema e pelo vice-governador Paulo Brant, de atuar na gestão da casa, para mim, é uma realização pessoal, além de profissional, essa é a carreira que eu abracei.

A gente, quando faz o concurso público, faz muito jovem, mas, na expectativa de contribuir para uma sociedade melhor, e o meu propósito naquele momento, ainda que jovem, entrando para um novo desafio, era imbuído desse ideal. A oportunidade de estar na gestão da casa já com uma vivência anterior é de realmente efetivar algumas ideias, algumas práticas administrativas em prol do propósito maior e da missão da advocacia geral, que é o

assessoramento jurídico, que é a atuação no contencioso, quando as questões são levadas ao Poder Judiciário, e eu diria que a evolução que a gente tem buscado implementar na instituição é a da cultura da desjudicialização, essa palavra que significa "solução das controvérsias", prestigiando a consensualidade, além de conciliar na governança sempre que possível do Poder Executivo.

Na verdade, o Judiciário é importante, é um Poder do Estado e que dirime de maneira definitiva os conflitos sociais, mas é relevante que o Poder Executivo, no conjunto das políticas públicas que empreende a favor da sociedade nas diversas áreas - eu destacaria a saúde, a educação e a segurança -, é fundamental que se tenha possibilidade de diálogo quando há alguma controvérsia, uma falha administrativa, um questionamento do cidadão. É necessário que haja um espaço antes de se submeter aquela questão ao Poder Judiciário.

Então, eu diria que um dado relevantíssimo que se institucionalizou logo no início da gestão do governador Zema e com a autorização dele, que nos solicitou um diagnóstico da instituição, foi a atualização da nossa Lei Orgânica, que é aquela que sistematiza a atuação da instituição. Nós demos ênfase a condições de funcionamento da nossa Câmara de Prevenção de Resolução Administrativa de Conflitos, que é uma unidade da Advocacia Geral, que permite que o cidadão, que é aquele que se relaciona com o Estado, ou na via contratual, ou o próprio servidor público, possa, quando há um questionamento, uma controvérsia instaurada, acionar para que a solução seja realmente fornecida pela própria advocacia pública, e a advocacia pública nesse contexto atua naturalmente respeitando o ordenamento jurídico, transacionando quando lhe é possível, o ato de mérito é sempre do gestor público, mas a nossa atuação é de mediar, de aproximar as partes, de encontrar uma segurança jurídica, que é o desejo de todos.

E o senhor pretende continuar no comando da AGE na próxima gestão Zema? Isso já é um fato público e notório. O governador já divulgou à imprensa que tem a intenção de manter o seu secretariado, entre eles inclui a advocacia geral. Eu recebi o convite e permanecerei por mais um período. Tenho tido também uma colaboração e uma empatia dos meus

pares para que a gente possa fazer esse trabalho. Eu acredito muito no trabalho coletivo, de atuação conjunta. Eu entendo que andorinha só não faz verão, é importante esse trabalho do grupo de colegas, e a gente tem tido aqui dentro da advocacia geral essa harmonia e essa sinergia de trabalho.

Qual será o desafio para os próximos quatro anos? Alguns temas a gente sabe que estão ou podem ser judicializados, como a questão do **Rodoanel**, o pagamento do piso dos professores, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e a mineração da Serra do Curral. Como a AGE trabalha e vai continuar atuando nesses casos?

Os desafios são grandes, a demanda da sociedade é infinita, e muitas vezes o Estado ainda que tenha que cumprir, e terá sempre que cumprir, principalmente, os direitos fundamentais das pessoas previsto na constituição federal e na constituição do Estado de Minas Gerais, tem, muitas vezes, a capacidade orçamentária e financeira é insuficiente. Então, nosso trabalho de advogados públicos é de nos comprometermos com o gestor e de apoiar as políticas públicas que estejam sendo apresentadas, que já foram validadas pelo voto popular, e que tem que viabilizar essas entregas dos direitos fundamentais. Nós colaboramos nessa perspectiva com o assessoramento jurídico.

Então, esses temas que você menciona, que envolvem o **Rodoanel**, que envolve eventual regularidade fiscal por intermédio da previsão da legislação federal do Regime de Recuperação Fiscal, nós, pela Advocacia-Geral, buscamos trazer quando demandados pelos nossos gestores as condições sob o olhar da segurança jurídica.

Sobre o **Rodoanel** é importante destacar e eu vejo isso também como um amadurecimento das instituições sobre essa perspectiva pendular. Nós tínhamos em um passado recente uma postura mais voltada à litigiosidade. Tem hoje prevalecido, não só na advocacia pública de Minas Gerais, mas no conjunto das advocacias públicas, inclusive, da União, uma percepção da importância de soluções dialógicas, onde se instaura sempre uma mesa que se permita a participação de todos os envolvidos com aquele tema, e que possa se construir.

O distanciamento é sempre grande, e o aspecto eventualmente ideológico, momentâneo, se sobrepõe a uma perspectiva de uma solução técnica e juridicamente madura. Então, o **Rodoanel** é um exemplo vivo disso, estamos numa etapa em que se fará agora apresentação do licenciamento ambiental pela empresa que foi vencedora do leilão, como também do traçado, do itinerário. É sabido a

dificuldade de um movimento desse, principalmente, de regiões já adensadas, então, a busca será exatamente por convergências.

O secretário de Infraestrutura do Estado de Minas Gerais esteve na Assembleia Legislativa e já trazia essa perspectiva. Isso se criou muito em virtude da postura que o Tribunal de Contas do Estado ofereceu em uma representação apresentada ao tribunal pelos municípios de Contagem e de Betim, onde o conselheiro até de uma maneira inovadora permitiu que as partes sentassem, criando um ambiente de conciliação, e o resultado dessas audiências permitiram dois caminhos importantes: o primeiro que o Estado possa incrementar o que já vinha realizando, não são só com os dois municípios de Contagem e Betim, eles certamente serão impactados, mas há um conjunto de outros municípios da região metropolitana, que se fará parte de uma mesa de diálogo, proporcionando que cada um dos municípios, cada um dos cidadãos que venham a ser atingidos por esse empreendimento, possa colaborar, possa contribuir e aperfeiçoar o processo, que ao fim ao cabo, não há dúvida alguma que todos os gestores públicos, toda a sociedade mineira deseja uma situação de mobilidade mais segura, com conforto e que se evite o que, infelizmente, todos os dias está nas páginas dos jornais, dos acidentes e muitos deles levando a morte de pessoas no nosso Anel Rodoviário.

O senhor destacou a intenção de evitar a judicialização desses temas, mas o senhor acredita que isso também será possível com a mineração na Serra do Curral, que também já vêm sendo bastante contestada judicialmente?

Sem dúvida, é também um grande desafio o equilíbrio nas grandes cidades, nas grandes metrópoles, entre a sustentabilidade e o exercício da atividade econômica. Não há como negar que ambos são fundamentais para um desenvolvimento sadio, respeitando não só as atuais, mas como também as futuras gerações. O professor do direito constitucional, o professor José Afonso da Silva, já trazia a importância dos direitos de quarta geração, entre eles, aqueles decorrentes das questões ambientais, do direito ao meio ambiente sadio.

O que eu ponderaria é essa importância de termos hoje uma atuação do Tribunal de Justiça também nessa percepção da importância da consensualidade, da mediação. Instaurou-se no ambiente do tribunal, o Centro Judicial de Conciliação, CEJUSC, que é a possibilidade de todos os interessados sentarem à mesa e encontrarem um caminho de solução para o equilíbrio de uma atividade que eventualmente poderá ter ou não continuidade. O que o tribunal, então, buscou (no caso da mineração

da Serra do Curral), foi construir um cronograma de trabalho, que desaguará como resultado de um estudo técnico, que é chamado de dossiê de tombamento, para que o instituto próprio, que tenha essa competência administrativa e legal, examine o mérito da extensão ou não do tombamento e das eventuais restrições e condicionantes que sejam colocadas

Nós juridicamente defendemos sempre a sustentabilidade, uma atuação da atividade econômica, que é fundamental, porque gera riqueza, gera empregos, e isso é essencial ao desenvolvimento e ao protagonismo das empresas e das pessoas, mas ao mesmo tempo respeitando a percepção de que um meio ambiente sadio é fundamental.

Um dos principais focos da AGE é combate a corrupção, quais ações a Advocacia Geral do Estado tem realizado para coibir o desvio do dinheiro público? Quanto a AGE já conseguiu reaver? Para onde esse dinheiro tem sido encaminhado? A percepção do governador desde a primeira hora foi orientar a atuação da Advocacia Pública pela probidade administrativa e pelo combate à corrupção. Então, desde 2019, quando foi encaminhada a atualização da Lei Orgânica da Advocacia Geral, incorporamos na estrutura da advocacia geral, na nossa unidade de demandas estratégicas, um núcleo de análise de improbidade, que chamamos pelo nome positivo, que é a manutenção da probidade administrativa e o combate à corrupção.

Esse núcleo necessariamente atua de maneira sinérgica com outras instituições, porque esse trabalho pressupõe também a atuação transversal e interinstitucional. Na atuação na corrupção, nós tivemos êxito recente, dentro dessa atuação colaborativa do conjunto dos órgãos públicos, a realização, em Minas Gerais, de três acordos de leniência com empresas que atuaram tanto em contratos vinculados a projetos da Cemig, quanto na execução das obras da Cidade Administrativa. Isso permitiu ao Estado, naturalmente, que são acordos que resgatam recursos ao erário ao longo de um tempo, permitindo ao mesmo tempo que a empresa retome suas atividades dentro da legalidade, recuperar também valores, que, hoje, montam algo aproximado de R\$ 380 milhões.

Esses valores não entram de imediato ao caixa, mas há um escalonamento no tempo que permite que esses ingressos ocorram oportunamente, e estes valores são direcionados para políticas públicas e serão endereçados para que os gestores, sob luz da orientação do governador, coloquem onde há necessidade de aplicação, seja na saúde, na educação, na segurança, na assistência social.

Há previsão de realização de novos acordos em Minas Gerais? Esse conjunto de acordos, na verdade, é uma atuação pioneira em Minas Gerais. Do conjunto dos Estados da Federação, talvez, estejamos na vanguarda, a União é quem saiu na frente, até porque as operações que ocorreram lá, e que envolviam bens da União ou recursos da União, ocorreram anteriormente.

O dado é que há, sim, hoje, uma sistematização de atuação, além dessa interlocução com os acordos de leniência, de não persecução cível criminal. Há um grupo de trabalho que já funciona há alguns anos no Estado de Minas Gerais, que é o Cira, que é o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Créditos, também sob a vertente e o olhar da probidade e do combate à corrupção, que recupera créditos para o poder público estadual. É uma atuação institucional da Advocacia Geral, da secretaria de Fazenda, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Ministério Público nas suas coordenações especializadas.

Em relação ao pagamento de precatórios, qual é o tamanho da dívida de precatório? O que ficou de herança do último do governo e o que o governo do Estado já conseguiu quitar?

Nós temos tido um trabalho conjunto, mas sobretudo de fluxo financeiros. O Estado de Minas Gerais como é sabido e notório está em uma situação de dificuldades financeiras há algum tempo. Essa calamidade fiscal acomete o Estado, mas há um juízo na gestão da Secretaria de Fazenda, pelo secretário Gustavo Barbosa, de encontrar soluções de fluxos financeiros, que eliminem passivos e que busquem uma solução ao longo do tempo para que o Estado tenha também fôlego para poder realizar investimentos.

(A dívida) foi uma herança que perpassou diversos governos e certamente isso se acumulou no tempo. Então, tínhamos algo em torno de R\$ 4,8 bilhões de passivo em relação aos precatórios, que são títulos decorrentes das decisões judiciais transitadas e julgadas, e o direcionado, que levou sua pretensão em juízo, tem o direito à aquele crédito. Esses pagamentos respeitam filas, que são constitucionalmente previstas. São pagamentos que seguem em regra a cronologia da apresentação, mas há situações de pessoas que têm dentro dessa cronologia, também constitucionalmente previsto, o direito de receber antes dos demais, por razões ou de idade, ou por questões de saúde, por exemplo.

Em Minas Gerais, o Estado vem buscando dar atenção a esse compromisso com a sociedade, com o jurisdicionado, e há algum tempo vem reduzindo. Desde de 2019 para cá, isso tem sido uma política do Secretário de Fazenda em sinergia com a Advocacia-

Geral e com o Tribunal de Justiça, de ir liquidando com mais rapidez esse passivo. Já houve uma redução expressiva, reduzimos em R\$ 1,5 bilhão essa dívida. Então, hoje há um estoque de R\$ 3 bilhões, mas desde 2019 até agora há uma curva descendente dessa dívida, com uma perspectiva de que possamos cumprir uma imposição constitucional, que hoje é colocada pelo CNJ, o Conjunto dos Estados Brasileiros, de ter até o final do exercício de 2027 liquidado esse passivo. Minas Gerais, de acordo com a política que o Tribunal de Justiça vem apresentando de homologação desses planos de pagamentos de precatórios, tem uma tendência de que isso ocorra até antes desta data final constitucionalmente estabelecida.

Além do pagamento ordinário na ordem cronológica dos precatórios, Minas Gerais pelo Tribunal de Justiça tem também os editais de acordos diretos, que são leilões em que se fixa um deságio de descontos pelo valor de face do precatório. Com isso, aquele titular de precatório que entenda de receber antecipadamente, apresenta ao poder judiciário o seu desconto ao precatório e ele é liquidado também em uma fila preferencial, que é do edital. E aqueles que são credenciados são aprovados, a regularidade da sua documentação é aferida pelo Tribunal de Justiça e Advocacia Geral contribui com a Secretaria de Fazenda na operacionalização da liquidação desses pagamentos, que tem tido muito êxito ao longo do tempo em Minas Gerais.

A Advocacia Geral do Estado tem atuado também nas negociações para o possível acordo de repactuação da tragédia de Mariana. Recentemente, o governo do Estado chegou até encerrar as negociações, qual o motivo de tanto impasse? Há alguma chance desse acordo sair ainda em 2022 ou vai ficar para 2023?

É um desafio grande. Nós estamos no caso de Maria, diferente de Brumadinho, falando de um período de tempo grande que já transcorreu, são sete anos, e temos aqui um conjunto de atores em uma proporção maior: são três empresas, nove instituições de justiça, dois Estados e a União. Mas já havia previsto no próprio termo do acordo realizado no passado - nós tivemos um termo de acordo de governança, que foi realizada entre as empresas e os Estados, e depois um termo que foi decorrente da ação apresentada pelo Ministério Público Federal, chamado de Tetac -, janelas de aperfeiçoamento e de melhorias. A partir dessa oportunidade, pela experiência que tivemos de êxito na solução dada ao caso de Brumadinho, retomamos um diálogo primeiro com as instituições, porque Brumadinho gerou pelo menos no âmbito do Estado de Minas Gerais uma relação de confiança, uma relação de certeza, que uma solução em acordo dá ao atingido um resultado mais efetivo de reparação

não apenas sócio ambiental, mas sobretudo socioeconômica.

E em Mariana, nós iniciamos essa discussão, as empresas se envolveram com isso, foi instalada a pedido do juiz federal uma mediação pelo Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, que ocorreu durante um ano. Como eram diversas questões técnicas envolvendo esse conjunto grande de atores, é natural que até que haja um consenso das equipes (demore) - estão envolvidos atores do meio ambiente, assistência social, saúde, é um situação de maior complexidade, mas que evoluiu bastante nesse período.

Naturalmente que quando se havia uma perspectiva de conclusão e de bom endereçamento da solução, nós tivemos um impacto natural do período eleitoral e com o término do mandato do presidente Luiz Fux, que foi o grande maestro -, naturalmente, que nomeando o conselheiro Luiz Fernando Bandeira, do CNJ, para conduzir o processo de mediação -, mas quando o mandato do Fux a frente do Supremo Tribunal Federal se exauriu e como ainda não havia uma maturidade do ponto vista de texto de acordo e do acerto financeiro desta repactuação, o Estado de Minas Gerais como também o Estado do Espírito Santo, o Ministério Público Federal, que é o protagonista vamos dizer, porque a ação é decorrente do movimento do Ministério Público da Justiça Federal, entendemos em suspender (o acordo), mas as negociações elas tiveram apenas uma paralisação momentânea, logo na sequência já houve um movimento que partiu das empresas na interlocução com o Ministério Público Federal e envolveu na sequência o conjunto de atores. O tema foi reaberto, estamos evoluindo, discutindo, já temos um texto mais maduro. Por parte da advocacia pública, tanto em Minas Gerais, quanto no Espírito Santo, quanto na União, há uma preocupação de apresentarmos o texto o quanto antes, e, naturalmente, isso ficará a cargo dos gestores que têm o juízo de mérito sobre oportunidade e conveniência da assinatura de fazê-lo.

Naturalmente isso não é uma decisão do advogado geral ou da estrutura da Advocacia-Geral do Estado, mas estamos nos desincumbindo em uma atuação, que eu sempre reitero que é muito importante, porque em Minas Gerais se institucionalizou e sistematizou a atuação nessas duas tragédias. Temos o comitê pró-Brumadinho e o comitê pró-Rio-Doce, este comitê é coordenado pela equipe da Secretaria de Planejamento, atualmente, pelo secretário adjunto Luiz Otávio, que tem coordenado e feito um belíssimo trabalho, de modo que posso dizer que é desejo da advocacia pública do Estado de Minas Gerais que esse acordo (de Mariana) seja o quanto antes endereçado, porque a nossa primeira preocupação é que as ações efetivas dele decorrentes, de reparação,

sejam reiniciadas dentro de um aspecto de governança mais simplificado, com a estrutura de uma aproximação entre os compromitentes, entre as empresas e, que ao longo do tempo um processo de transição da Fundação Renova, que foi a instituição criada no passado para fazer a governança dessa reparação no que se refere a Mariana. Nós certamente caminharemos com uma perspectiva de governança mais ágil, mais expedita em um contexto similar ao que ocorre no acordo de Brumadinho, que já está em execução.

Ainda sobre esse assunto do acordo de Mariana, muitos valores já foram levantados e especulados. Existe um valor base que o senhor acredita que seria tido como justo? Esse acordo de Mariana será feito nos moldes do acordo que foi feito com a Vale em Brumadinho? Como vocês têm trabalhado nesse acordo?

Na verdade será similar, mas não idêntico pelas especificidades de cada uma das situações. Em Brumadinho, nós tivemos lamentavelmente um quadro mais grave do ponto de vista de perda de vidas humanas, não que em Mariana não tenha ocorrido, infelizmente, ocorreu, mas a tragédia ambiental de Mariana é muito mais complexa, porque perpassa dois Estados e todo aquele conjunto de resíduos desaguou no oceano. Então, a perspectiva eu diria que em Mariana, é de reconstrução, mas de também considerar, talvez, dois movimentos de entregas importantes de políticas públicas: a universalização do saneamento básico, até hoje na perspectiva de um novo marco legal, e a recuperação da mobilidade para o reaquecimento da atividade econômica nos territórios atingidos

Sobre os valores, esse foi um dos temas que também ainda não se tinha se alcançado uma definitividade nos debates no ambiente do CNJ, mas há hoje uma convergência e uma perspectiva de que serão aportados recursos, ainda que pela advocacia pública nós não tenhamos uma segurança do número, mas certamente representará um valor importante na repactuação. Será um aporte de recursos que permitirá todas essas intervenções, não só de recuperação, mas também do protagonismo dos atingidos, que, talvez, seja uma das pautas mais relevantes, permitindo que aquelas pessoas atingidas, que ainda não tiveram a condição de se restabelecer economicamente, possam fazê-lo dentro um prazo. Então, uma transferência de renda será fundamental de ser incrementada em moldes muito mais efetivos, sem intermediários diretamente, para que elas (atingidos) possam a luz de projetos, que o Estado possa contribuir, para que eles próprios, que é o ideal, a partir de assessoramento e de assistências técnicas, possam ter a oportunidade de retornar o seu modo de

viver.

Então, pode-se esperar um valor muito maior do que foi o de Brumadinho? E qual a avaliação que o senhor faz do acordo firmado sobre a tragédia de Brumadinho? Poderia ter sido melhor?

Em termos de expectativa de valores, acredito que (o valor seja maior) sim, pela dimensão do dano ambiental que ocorreu em Mariana, que é bem superior ao ocorrido em Brumadinho. Então, a expectativa é que tenhamos no acordo de Mariana um valor monetário e financeiro, mais significativo. Certamente, deve ser alguma coisa da ordem do dobro do que foi pactuado em Brumadinho.

Em relação ao acordo de Brumadinho, eu tenho pra mim que é um case, será sempre um objeto de estudos não só dos profissionais do direito, mas da academia em geral, porque estamos a tratar de questões ambientais e essa é uma disciplina que perpassa outras áreas do conhecimento, mas acredito no acordo do Brumadinho. Eu acho que esse acordo traz alguns resultados importantes para a sociedade, primeiro essa percepção da cultura, do diálogo, da consensualidade, da interação entre um conjunto amplo de instituições de justiça, uma atuação sinérgica do setor público, tivemos uma musculatura para ter uma interlocução com a empresa, nós estamos a tratar da maior empresa de mineração do mundo nesse caso Brumadinho. A partir dessa atuação coesa do setor público houve uma atuação cuidadosa também empresa, que desde o primeiro momento, sobretudo, em relação a transferência de renda para subsistência dos atingidos alcançou o público praticamente todo o município de Brumadinho, que depois disso foi sendo naturalmente adequado à realidade próxima dos atingidos.

É natural que toda obra humana seja falível, mas acredito que todos que atuaram e que contribuíram para o texto, e não só o texto, mas para a confecção e a percepção de uma governança simplificada, com a presença dos compromitentes, da empresa e do poder judiciário, que eventualmente é chamado a intervir quando há uma dificuldade de evolução nas tratativas.

É natural que gostaríamos que muitas das entregas fossem mais rápidas, mas há também uma construção técnica que tem que ser feita dos projetos. Houve, talvez, (no acordo de Brumadinho) o maior orçamento participativo que se tenha notícia no Brasil, que foi a participação do conjunto dos municípios da Bacia do Paraopeba, que tiveram a oportunidade de endereçar projetos, de eleger e ouvir a sua população de quais intervenções deveriam ser feitas de reparação no município, como a construção de praças públicas, de escolas, de unidades de saúde. isso ocorreu na prática

e estamos agora a evoluir entre os compromitentes e o poder judiciário com a contribuição da empresa nesse movimento de execução da acordo. É um desafio? É. Mas acredito que chegaremos a bom termo.

Para finalizar, o senhor já disse que aceitou o convite do governador Romeu Zema para continuar no comando da AGE. O que pode-se esperar da Advocacia-Geral do Estado nesses próximos quatro anos?

O meu desejo que me faz ter motivação de dar a minha contribuição nesse período, sou de carreira, voltarei ao meu posto com muito orgulho para desempenhar as minhas atribuições, mas enquanto estiver colaborando na gestão da instituição, a minha vontade é continuar fortalecendo a cultura da consensualidade, do diálogo, e de desjudicializar o que puder para termos uma vida que todos buscamos, que é a de felicidade, e a felicidade é quando a gente está em paz nas nossas relações jurídicas. Não estou dizendo que vivemos em um mundo cor de rosa, mas se pudermos viver em um ambiente onde as controversas podem ser solucionadas a partir de um consenso dentro da legalidade, não necessariamente a todo mundo acionando o poder judiciário, que deve atuar ao meu juízo como um poder que estabeleça os precedentes de qualidade, que são os precedentes judiciais, e a partir de um caso que se aplica a um conjunto de outros atuações idênticas, ele possa ser considerado e respeitado, gerando a segurança jurídica para termos padronização e conformidade.

Além desse movimento, outro que estamos instaurando na Advocacia-Geral é buscar adaptar a nossa instituição à tecnologia da informação no Estado da arte. É necessário hoje que se use essa ferramenta para beneficiar os nossos próprios colaboradores e, além disso, a própria sociedade. E aqui, eu focalizo uma vertente importante da atuação na advocacia pública, que é a recuperação do crédito tributário. A partir dessa arrecadação que se permite viabilizar políticas públicas, então, o nosso trabalho na advocacia pública tem sido o de nos preocuparmos com uma tecnologia da informação que nos permita instalar futuramente inteligência artificial, uma otimização de trabalho mais adequada à nossa força de trabalho.

Envolver com a tecnologia o nosso capital humano traz soluções mais sinérgicas com o poder judiciário em uma leitura concomitante com os precedentes, os quais nos permita soluções mais eficientes.

Tivemos recentemente isso construído com o poder judiciário que é a execução fiscal, de modo que conseguimos retirar do poder judiciário um imenso volume de processos, e levamos isso a protesto

judicial. Não justifica deixarmos no judiciário uma execução fiscal que caminha sem uma resolutividade. E o percentual de resolutividade no âmbito do protesto judicial, em cartório extra judicial, chega hoje a casa de 60%. Então, isso pedagogicamente é favorável à atração de investimento e a uma segurança jurídica que vai gerar um círculo vicioso.

Esse foi o desafio que motivou a mim e a minha equipe a continuar por mais um período, para que possamos trazer para a nossa instituição, mas, sobretudo, aos nossos contribuintes, que é quem nos permitem em estar aqui e atuar de maneira mais efetiva para que os direitos fundamentais e uma sociedade mais justa, livre e fraterna seja efetivamente uma realidade e não só um texto da constituição.

O senhor fala em continuar mais um período, mas tem algum período determinado?

O horizonte é o do mandato do governador. Naturalmente esse é um cargo de confiança e essa confiança se mantém e é um juízo próprio do governador, enquanto ele entender que estamos em uma relação de construção, de colaboração e de confiança, estarei à disposição.

Assista a entrevista

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/minas-recuperou-cerca-de-r-380-milhoes-em-acordos-1.2791239>

Zema explica "exoneração" de servidores: "para evitar funcionários fantasmas"

Por Ana Karenina Berutti

Durante entrevista à TV Globo Minas, nesta terça-feira (3/1), o governador Romeu Zema (Novo) falou sobre as exonerações dos servidores comissionados e explicou que a medida é para verificar quem realmente está trabalhando. Segundo Zema, esse tipo de procedimento, que é muito comum em várias gestões, tem o objetivo de "evitar funcionários fantasmas".

Em contrapartida, o governador confirmou a permanência de todos os secretários de Estado no seu segundo mandato e alegou que a equipe de governo está "muito integrada" e cada secretário tem "vários projetos em andamento para dar continuidade" no próximo mandato.

Serra do Curral

Após a polêmica envolvendo a atividade minerária na Serra do Curral, Romeu Zema garantiu que "o cartão postal de Belo Horizonte é intocável". "O meu governo propôs o tombamento que está em análise pelo Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a sociedade civil. Agora, todo esse processo depende muito mais de decisões judiciais do que medidas administrativas do meu governo", disse Zema.

Seguir

Metrô de BH e **Rodoanel**

Sobre a privatização do metrô de Belo Horizonte, com o leilão da CBTU realizado em 22 de dezembro de 2022, a expectativa do governo é que as obras de melhorias na linha 1 comecem até a metade deste ano. Segundo Zema, a empresa que ganhou o leilão vai arcar com um prejuízo de R\$ 300 milhões por ano, mas contará com recursos do Estado na ordem de R\$ 340 milhões e mais de R\$ 2,8 bilhões do governo federal.

Romeu Zema disse que Belo Horizonte será muito beneficiada, tanto com as melhorias e ampliação do metrô quanto com a construção do **Rodoanel**, prevista para começar dentro de um ano.

O governador voltou a defender as concessões como forma de melhorar a prestação de serviços para a população e citou as privatizações do aeroporto da

Pampulha, Mineirinho e rodoviária da capital como exemplos bem-sucedidos nesse sentido.

Recursos do Fundeb

Em relação às recentes críticas da Associação Mineira dos Municípios (AMM) sobre a falta de regulamentação, por parte do governo de Minas, para o repasse de parte dos recursos do ICMS para o Fundeb e dos impactos que a não aprovação da legislação dentro do prazo podem causar na educação dos municípios mineiros, o governador disse que há um uso político dessa questão.

"Não há nenhuma perda para os municípios, mas os recursos serão distribuídos de forma diferente. Aqueles que investirem mais em educação, vão receber mais. Os que investirem menos, receberão menos. A soma dos recursos no final é a mesma", explicou Zema. O governador ainda acrescentou que todo o recurso do Fundeb de 2022 foi distribuído e usado e que tudo é muito bem fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/zema-explica-exoneraco-de-servidores-para-evitar-funcionarios-fantasmas-1.2791271>

Depois do leilão, a expectativa: será que o metrô vai deslançar?

Mariana Costa

Agora vai? Essa é a pergunta que paira sobre o metrô de Belo Horizonte desde o leilão que concedeu o modal à iniciativa privada, em 22 de dezembro, dois meses depois do aniversário de 20 anos da última estação inaugurada na capital mineira. Uma série de anúncios que nunca saíram do papel nessas duas décadas, quando outros estados brasileiros viram sua rede metroviária se expandir enquanto a de BH permanecia estagnada, e as polêmicas que envolveram o certame do fim de 2022 justificam a interrogação sobre qual será o desfecho desse novo capítulo na história do modal. Para especialistas ouvidos pelo Estado de Minas, a concessão para a iniciativa privada é o caminho para que a ampliação do sistema finalmente vire realidade. Se tudo sair como o previsto, a Linha 1 será modernizada e expandida e a uma nova, a 2, implantada. Pelo planos, novas estações começam a funcionar em 2026, quando a primeira operação comercial do modal completa 40 anos.

Atualmente, o metrô opera com a Linha 1 (Eldorado - Vilarinho), que tem extensão de 28,1 quilômetros (km). De acordo com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Belo Horizonte (CBTU-BH), que administra a rede, são 19 estações e seis terminais integrados rodoviários, anexos às estações Vilarinho, São Gabriel, José Cândido da Silveira, Central, Lagoinha e Eldorado. O modal atende cerca de 100 mil usuários por dia na capital e em Contagem. Fora da pandemia, o fluxo era de 150 mil usuários por dia. Cada um dos 35 trens é composto por quatro carros, totalizando 140 vagões de passageiros. A estação Eldorado, com quase 6 milhões de usuários por ano, é a que registra o maior fluxo de passageiros.

As obras do sistema de Belo Horizonte foram iniciadas em 1981 e a operação comercial começou em 1º agosto de 1986. À época, eram três trens em operação e seis estações, ligando o Eldorado à Lagoinha, com 10,8km de extensão. A Linha 1 passou a contar com 12,5km, após a conclusão das obras da Estação Central. Entre 1992 e 2002, foram concluídas as demais estações e terminais. A última a ser inaugurada foi a Estação Vilarinho, em setembro de 2002.

A empresa paulista Comporte Participações S/A

arrematou o modal em dezembro por R\$ 25.755.111. O valor representa um ágio de 33% sobre o lance mínimo, estabelecido em R\$ 19.324.304,67 no edital. A concessionária já tem empreendimentos no transporte rodoviário e na construção civil. Controla também a empresa VCB Transportes, na cidade de Formiga, na Região Oeste de Minas.

A Comporte Participações S/A será agora operadora da CBTU-BH e responsável pela gestão, operação e manutenção da rede, incluindo a Linha 1 (Novo Eldorado-Vilarinho) e Linha 2 (Nova Suíça-Barreiro). Entre as obrigações da concessionária está a modernização completa da Linha 1 - já em operação -, e sua expansão até a nova estação Eldorado, com mais um quilômetro de trilho.

Os investimentos obrigatórios incluem, ainda, a construção da Linha 2, que já havia começado em 2004, mas foi paralisada. A nova linha deve ligar o Bairro Calafate ao Barreiro, com 10,5km de extensão e sete novas estações. A previsão é que as novas estações sejam inauguradas a partir de dezembro de 2026 e que todas estejam operacionais em 2028.

Segundo o governo do estado, após investimentos, o sistema poderá beneficiar cerca de 270 mil passageiros, sendo que 50 mil devem usar a nova Linha 2. A previsão é que sejam investidos cerca de R\$3,8 bilhões, sendo R\$ 2,8 bilhões de recursos do governo federal, R\$ 430 milhões do governo de Minas, e o restante pela concessionária. Com a concessão, a MetroMinas - empresa criada pelo governo do estado para administrar o transporte ferroviário da capital - será desativada, segundo a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra).

A privatização do sistema foi conturbada. Em novembro, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) recomendou a paralisação do processo de privatização. A equipe de transição do governo federal também entrou com um pedido na Justiça Federal para suspender o leilão. Porém, dias após enviar um ofício ao Ministério da Economia com o pedido, o então vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), que tomou posse no último domingo, entrou em acordo com o governador Romeu Zema (Novo) e deu aval à concessão.

Insatisfeitos com a concessão do serviço, metroviários

entraram em greve na semana que antecedeu o leilão. Após a realização do certame, a presidente do Sindicato dos Metroviários de Minas Gerais (Sindimetro-MG), Alda Santos, afirmou que o modal foi vendido a "preço de banana" e que "o governo federal deu de presente o metrô de BH" ao vencedor do leilão. Ela disse ainda que pretende procurar a gestão atual, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para negociar o futuro dos 1,6 mil empregados da CBTU-BH.

Procurada pela reportagem para falar sobre expectativas e desafios a serem enfrentados nos próximos anos, a Comporte informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que por questões jurídicas não pretende se pronunciar sobre o negócio pelo menos até março.

Já o governador Zema, em discurso na cerimônia de recondução ao novo mandato, no domingo, disse que está "criando condições" para que nos próximos quatro anos a capital tenha um metrô mais amplo. Zema aproveitou para criticar os governos anteriores que, segundo ele, não deram a devida importância para "demandas históricas" de Minas Gerais. Além do metrô, o governador citou o **Rodoanel** Metropolitano.

Apesar dos questionamentos no decorrer do processo, especialistas ouvidos pelo Estado de Minas apostam na privatização como saída para o metrô de BH deslançar, como ocorreu em outras capitais (leia texto abaixo). Sócio da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, empresa que presta consultoria para projetos de mobilidade urbana, o advogado Raul Borelli acredita que delegar a execução dos serviços de transporte metroviário para a iniciativa privada é o caminho mais interessante e consistente para a modernização e expansão do sistema de metrô de BH.

"Há que se considerar que União e estados, de maneira geral, vivem um contexto de restrições orçamentárias. O investimento privado se apresenta, então, como uma das principais alternativas de longo prazo para melhoria da infraestrutura de transporte não somente no setor metroviário, mas também em outras áreas fundamentais para o desenvolvimento do país", defende.

Ele destaca que, no caso da proposta de desestatização apresentada para o metrô da capital, o fato de os governos federal e estadual realizarem aportes de recursos investimentos é uma medida interessante e que pode atrair recursos complementares e necessários vindos do setor privado. "Em qualquer cenário, para que isso ocorra de forma consistente, é preciso criar um ambiente de investimentos dotado de segurança jurídica e

previsibilidade", completa.

O especialista em transporte e trânsito Márcio José de Aguiar, concorda que o caminho para a expansão do metrô de BH é entregar a operação do sistema para a iniciativa privada. "Infraestrutura é responsabilidade do governo, mas para ter eficiência é preciso ter a iniciativa privada trabalhando nisso. Metrô é uma infraestrutura cara e a iniciativa privada trabalha principalmente na operação."

Na avaliação dele, o governo, principalmente federal, tem dificuldade em fazer essa gestão. Os funcionários públicos não têm metas para prestar um serviço de qualidade com custo razoável. Onde há atuação da iniciativa privada, o padrão de serviço é melhor."

Aguiar acredita que a ampliação da rede metroviária não avançou na capital nos últimos anos por uma questão política. "Não tivemos nenhuma melhoria. Em todos os locais em que houve ampliação, a iniciativa privada assumiu a expansão."

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (Seinfra) e com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Belo Horizonte (CBTU-BH) para questionar por que o metrô de BH não se expandiu nesses 20 anos. Em nota, a CBTU-BH listou investimentos nos últimos anos, nenhum deles de ampliação de linhas.

Segundo o texto, o último foi em 2021, de cerca de R\$ 6 milhões, usados na compra de um sistema de Rádio Digital para a operação do sistema. "O antigo modelo analógico era de 1984 e foi todo modernizado com o investimento, garantindo melhor operacionalidade e segurança ao sistema." A empresa citou ainda que entre 2015 e 2016 adquiriu uma frota de 10 TUEs (Trens Unidades Elétricos) Série 1000BH e quatro carros de passageiros. O valor do contrato era de aproximadamente R\$ 140,8 milhões. Já entre 2005 e 2007, uma obra no terminal rodoviário de Vilarinho envolveu a construção de toda a infraestrutura e estrutura dos dois terminais de integração (setor norte e sul), como lajes, prédios administrativos e sistema viário. Foram gastos R\$ 33 milhões na ocasião.

28,1km

Percurso da Linha 1 do metrô de BH, única em operação e que liga o Eldorado ao Vilarinho, em 19 estações e seis terminais rodoviários integrados

10,5km

A nova linha deve ligar o Bairro Calafate ao Barreiro, com 10,5km de extensão e sete novas estações

100 mil

Total de passageiros transportados atualmente pelo metrô de BH a cada dia

270 mil

Total de passageiros a serem transportados após a construção da Linha 2

R\$ 25.755.111

Lance da Comporte Participações S/A, que arrematou o modal em dezembro, com ágio de 33% sobre mínimo estipulado no edital

R\$ 3,8 bilhões

Investimentos previstos para expansão do modal, sendo R\$ 2,8 bilhões de recursos do governo federal, R\$ 430 milhões do governo de Minas e o restante da concessionária

Enquanto a expansão do metrô de Belo Horizonte permanecia no papel nos últimos 20 anos, os investimentos no modal prosseguiram em outras capitais brasileiras, tanto em sistemas operados por empresa pública quanto pela iniciativa privada.

O Sistema de Trens Urbanos do Recife tem, atualmente, 71km de extensão e é operado em três linhas férreas, que passam por 40 estações: duas são eletrificadas (Centro e Sul) e uma é de composições a diesel (VLT). Ele atende os municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, transportando 161 mil passageiros por dia. É operado pela CBTU/STU REC, empresa pública. Entre 1998 e hoje, houve quatro expansões.

O metrô de Salvador, por sua vez, tem 33km de extensão, duas linhas, 20 estações e oito terminais integrados e opera nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas. A Linha 1 (Lapa/Pirajá), tem 12km e oito estações, já a Linha 2 (Acesso Norte/Aeroporto), tem aproximadamente 19km e 12 estações. O sistema conta ainda com um ônibus do tipo shuttle, que faz ligação direta entre a Estação Aeroporto e o Terminal de Passageiros Aeroportuário.

A operação é feita pela concessionária CCR Metrô Bahia. A inauguração ocorreu em 11 de junho de 2014, em fase de testes. Já a operação comercial teve início em 2 de janeiro de 2016. Segundo a concessionária, o metrô transporta cerca de 330 mil pessoas por dia.

O metrô do Rio de Janeiro tem 54,4km de extensão,

três linhas (1, 2 e 4), 41 estações e 64 trens. É administrado pela concessionária MetrôRio e transporta, em média, 610 mil pessoas por dia útil. Ele é um dos quatro sistemas de transporte público ferroviários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - os outros são a SuperVia, o VLT Carioca e o Bonde de Santa Teresa. Três estações foram inauguradas entre 2003 e 2009, uma nova linha em 2010 e outra em 2016.

O metrô do Distrito Federal tem duas linhas, que somam 27 estações e cerca de 42,38km de extensão. O sistema é administrado pela Companhia do Metropolitano do DF e atende as regiões administrativas de Brasília, Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. O sistema começou a operar em 1998 e, de lá para cá, inaugurou estações em 2006, 2008, 2009 e 2010. (MA)

As razões que explicam os diferentes níveis de evolução dos sistemas metroviários em outras capitais são complexas e dificilmente podem ser reduzidas a um único aspecto, avalia o advogado Raul Borelli. "A meu ver, os locais em que houve um desenvolvimento mais consistente do transporte metroviário de passageiros, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, foram aqueles em que ocorreu mais cedo a transferência da gestão e da execução dos serviços da União (que normalmente atuava por meio de empresas federais) para os respectivos estados", pontua.

Ele lembra que a CBTU ainda faz a gestão de sistemas de transporte metroviário em diversas regiões metropolitanas, ao herdar passivos da antiga Rede Ferroviária Federal. Segundo Borelli, a empresa se caracterizou, "de modo geral, por uma operação deficitária, o que dificultou e ainda impede, nos estados em que atua, a realização de novos investimentos e a modernização do setor". O especialista afirma que em Belo Horizonte, a transferência dos serviços da CBTU para o estado ou para uma entidade de caráter metropolitano não ter ocorrido até então dificulta "uma gestão mais atenta às necessidades locais."

Para Borelli, outras circunstâncias ajudam a explicar os diversos estágios evolutivos dos sistemas de metrô das capitais, entre elas, a própria diferença de qualidade no planejamento de longo prazo da evolução do sistema de transporte, especialmente o de caráter metropolitano e a existência, em alguns locais, de uma organização institucional e regulatória mais madura, que permitiu uma conexão de esforços entre estados e municípios diretamente interessados e uma integração mais eficiente entre modais de transporte.

Além disso, aponta, historicamente, alguns estados ou capitais tiveram acesso diferenciado e privilegiado a fontes de custeio ou de financiamento para a expansão da rede. Ele destaca os recursos federais destinados ao Rio de Janeiro em razão dos Jogos Olímpicos de 2016. Alguns ainda recorreram mais cedo ao apoio da iniciativa privada para modernização e expansão de sua rede, como o Rio de Janeiro e, mais recentemente, a Bahia (Metrô de Salvador), completa. (MA)

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/04/interna_gerais,1440529/depois-do-leilao-a-expectativa-sera-que-o-metro-vai-deslanchar.shtml

"Panelaço": buracos na BR-262 voltam todo ano e prejudicam motoristas

Por **Guilherme Gurgel**

"Eu me chamo Marília Soares Martins, tenho 47 anos, sou autônoma e faz um bom tempo que percebo que a rodovia BR-262 sofre com muitos buracos no período chuvoso, todo ano. Vejo isso no trecho que vai desde João Monlevade até a divisa com o Espírito Santo. Ficam apenas nessa operação tapa-buracos, mas nem isso fizeram neste ano. Eu publico nas redes sociais, cobro os responsáveis, mas esse recapeamento nunca sai. É uma coisa vexatória, desrespeitosa com o contribuinte. Espero que sejam tomadas providências o quanto antes."

Resposta :

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) foi procurado pela reportagem do Super, por e-mail e por telefonemas, sobre a reclamação da leitora. O órgão não tinha respondido até o fechamento desta edição.

"Eu me chamo Márcio Fernando Dias Azevedo, tenho 56 anos e sou consultor de consórcios. Minha reclamação é porque um filho meu cadeirante não consegue atravessar a rua após descer do metrô na estação Minas Shopping. A saída que usaríamos é um túnel que passa abaixo da avenida Pastor Anselmo Silvestre, em frente à estação. No entanto, o elevador que teríamos que utilizar para sair não funciona. Resta a opção de ir pela escada, mas como descer e subir escada com cadeira de rodas?"

Seguir

Resposta 1

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Minas Gerais (CBTU-MG) informou que a responsabilidade pela manutenção dos túneis e seus equipamentos é da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Resposta 2

A PBH afirmou que a manutenção do elevador é de responsabilidade do empreendimento Centerminas, que fica em frente ao túnel.

Resposta 3

O Centerminas declarou que a manutenção do elevador tem sido feita conforme o contrato firmado com a PBH e que furtos e vandalismo têm interrompido o funcionamento. O empreendimento afirma que recolocou os equipamentos por diversas vezes. Na mais recente, concluída em 10 de outubro, a instalação elétrica foi embutida no concreto, mas a estrutura foi quebrada, e houve novo furto. A empresa mantém diálogo com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) para melhor segurança no local.

Resposta 4

A PMMG afirmou que faz patrulhamento ostensivo na região, inclusive com "batidas policiais". A corporação pediu que a população denuncie irregularidades e repasse informações.

Na edição de 1º julho de 2022, o Panelaço denunciou a preocupação dos moradores do bairro Nascentes Imperiais em relação à regularização fundiária. A população local sofria com a falta de infraestrutura, por conta da irregularidade. Havia também temor de perda de valor dos imóveis em caso de desapropriação ligada à obra no **Rodoanel**, próximo ao local.

Em setembro de 2022, a prefeita de Contagem, Marília Campos, foi até o bairro e assumiu o compromisso de fazer a regularização fundiária. Junto disso, seriam feitas as redes de drenagem, de água e de esgoto da região. "A equipe dela já iniciou um cadastramento, e a nossa expectativa é que isso saia do papel neste ano. Até então, está mais nas promessas. Enquanto isso, pela falta de infraestrutura aqui, ainda é um problema muito grande de alagamento quando chove", informou o líder comunitário Francisco Chagas Lopes.

Resposta

A Prefeitura de Contagem informou que o processo de regularização fundiária foi explicado em assembleia que a administração fez com os moradores em setembro de 2022. Na ocasião, foi eleita uma comissão de representantes dos moradores e explicada a necessidade de levantamentos, estudos e ritos processuais. Posteriormente, foi realizada reunião com essa comissão para esclarecer sobre a selagem (contagem e identificação de todos os domicílios, comércios e imóveis de uso misto do assentamento), que já está sendo feita - foram selados mais de 1.300

imóveis. As outras etapas serão por meio de contrato com terceirizada. O trabalho é prejudicado pelo período chuvoso, mas a compilação de dados do último setor mapeado está sendo finalizada.

Site: <https://www.otempo.com.br/cidades/panelaco-buracos-na-br-262-voltam-todo-ano-e-prejudicam-motoristas-1.2796865>

Betim realiza 1º Encontro de Casas de Matrizes Afros nesta quinta (2)

Por O Tempo Betim

Combater o RACISMO religioso. Esse é um dos objetivos do 1º Encontro de Casas de Matrizes Afros, que ocorre em Betim, na região metropolitana de BH, nesta quinta (2). A ideia é ampliar a compreensão religiosa, cultural e também discutir a aplicação de políticas públicas que promovam a tolerância. O encontro será às 19h na Casa da Cultura Josephina Bento, promovido pelo Conselho Municipal de Promoção de IGUALDADE RACIAL de Betim (Compir) e a Comissão de Povos e Matriz Afros.

De acordo com informações divulgadas pela Prefeitura de Betim, a proposta também levantar e cadastrar casas e terreiros que professam religiões de matriz africana possibilitando direcionar as ações e desenvolver estratégias para combater o RACISMO religioso, uma das principais finalidades do Conselho.

Em Betim, três casas fazem parte do patrimônio imaterial do município. A primeira delas, o Terreiro Ilê Axé Babá Ode Aromim, no bairro Jardim Teresópolis, foi inventariada em 2014; o Centro de Umbanda Maria Mãe Guiné, do bairro Imbiruçu, inventariado em 2015 e, mais recentemente, a Ilê Ase Olodum, do bairro Jardim Casa Branca, foi inventariada em 2020.

Seguir

Esses estabelecimentos receberam o título devido à importância como tradição, modos, saberes, forma de culto, e outras características que os tornam únicos no município. A Secretaria Municipal de Arte e Cultura estima que existam atualmente cerca de 20 casas em Betim.

"A prefeitura vê essa ação como algo muito importante para valorização da tradição afro-brasileira na cidade. Nós já temos alguns terreiros que são inventariados como patrimônio cultural. Essa reunião vai possibilitar um reconhecimento mais amplo das manifestações culturais e religiosas de matriz africana existentes em Betim" explica o secretário municipal de Arte e Cultura, Ubiratan Santana.

"Esse primeiro encontro busca garantir apoio para que as casas tenham visibilidade. Queremos conhecer a realidade delas, saber se elas têm estatuto, por exemplo. Muitas delas ficam na periferia e sabemos

que algumas foram impactadas pelo desastre de Brumadinho e poderão ser impactadas com a construção do **rodoanel**. Além disso, nós temos fontes de fomento por meio das Comissões de Povos e Comunidades Tradicionais que atuam em âmbito nacional e estadual para que elas sejam atendidas pelas políticas públicas disponíveis. E ainda temos a cultura do medo, da perseguição e do RACISMO religioso que precisamos combater", salienta a presidente do Compir, Iracema Aparecida de Assis e Santos.

Site: <https://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/betim-realiza-1-encontro-de-casas-de-matrizes-afros-nesta-quinta-2-1.2807262>

Marcato se despede

Por Luiz Tito

O governo Zema perdeu na semana passada um dos seus melhores escudeiros: o secretário de Infraestrutura, Fernando Marcato. Segundo nota divulgada, ele se afastou para cuidar de sua vida pessoal e da relação com a família, que receberá um terceiro filho. No governo, uma das primeiras façanhas de Marcato foi a de convencer os funcionários do DER de que implantaria uma reforma estrutural no órgão, inclusive com uma revisão salarial para corrigir vencimentos, há muito tempo defasados.

O DER cuida do maior patrimônio do Estado, que são as estradas e mais recentemente também dos prédios públicos. O governador Romeu Zema destacou como um feito do ex-secretário Fernando Marcato a privatização do metrô e do **Rodoanel**. Na verdade, o que dizer do **Rodoanel**, governador? Esse assunto está rolando há quase um ano e não sai do papel, com uma proposta de privatização que não tem como ser mais conturbada. Além disso, o que dizer da situação catastrófica das nossas estradas, cuja manutenção inexistente? Não vê quem só viaja de avião. O novo secretário de Estado de Infraestrutura, Pedro Bruno Barros de Souza, chegará à Cidade Administrativa tropeçando em problemas e o primeiro deles será o de conquistar a confiança dos servidores da pasta, aqueles que vêm sendo enrolados há dois anos.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/marcato-se-despede-1.2809349>

Anel Rodoviário: gestão difusa favorece acidentes e complica trânsito em BH

Bernardo Estillac

Foram necessárias 14 horas para que o Anel Rodoviário tivesse o trânsito liberado após acidente que causou duas mortes na noite dessa segunda-feira (6/2), cujos impactos foram sentidos no trânsito de Belo Horizonte durante boa parte do dia seguinte. Além do alto número de acidentes, a responsabilidade difusa sobre a gestão da estrada torna complicada e perigosa a vida de quem passa pela via na capital mineira.

Construído nos anos 1950, o Anel Rodoviário reúne, em pouco mais de 27 quilômetros, as BRs 381, 262 e 040 no perímetro urbano de BH. A responsabilidade pelo trecho passou por mudanças ao longo do tempo, e as diferentes gestões da via são apontadas como um fator complicador para que ela se torne mais segura e as intervenções de infraestrutura mais eficientes e assertivas.

LEIA MAIS

O engenheiro civil e consultor em transporte e trânsito Silvestre de Andrade explica como se dá a divisão do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e quem é responsável por cada parte da união de rodovias federais.

"Se começar pelo trevo do Rio, é só a 040. Ela entra no anel como 040 e segue até a saída para Brasília. No meio do caminho, no trevo com a avenida Amazonas, que é a chegada da 381 e 262 entre Amazonas e avenida delta, esse trecho é coincidente. No trecho de coincidências das rodovias federais, a responsabilidade é pública, e no trecho exclusivo da BR-040, ela é concedida à Via 040", explica.

Segundo Andrade, há décadas a responsabilidade pelo Anel Rodoviário vive em um misto de negligência e disputa. Enquanto a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), o governo de Minas e o governo federal se alternam em momentos para assumir a gestão da pista, pouco investimento é feito, e o trabalho de prevenção de acidentes fica comprometido.

Atualmente, a responsabilidade por policiamento, fiscalização e atendimento a acidentes no Anel Rodoviário foi concedida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) à Polícia Militar Rodoviária (PMRv). À

corporação, como explica Silvestre de Andrade, cabe gerenciar as ocorrências e solicitar apoio tanto para o resgate quanto para equipamentos que limpem a via e retomem o trânsito.

A PBH já tentou assumir a jurisdição do Anel Rodoviário, mas teve o intento negado pela Justiça Federal que, em 2018, alegou falta de expertise do município para tal gestão .

Procurada pela reportagem, a administração da capital destacou que tanto as marginais quanto as saídas do Anel fazem parte da faixa de domínio da rodovia. Do Rio de Janeiro-RJ até a saída para Brasília-DF, a área é de responsabilidade da Via 040, e da saída para Brasília-DF até a saída para Vitória-ES, a responsabilidade é do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A PBH ainda ressaltou que, no ano passado, assinou um convênio com o DNIT para a construção da área de escape na descida do Bairro Betânia.

Em nota, o DNIT informou que cabe à autarquia a operação e manutenção da rodovia. Nas ocorrências de trânsito, por sua vez, o departamento atua em conjunto com órgãos como o Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e prefeituras para auxiliar na liberação do tráfego o quanto antes.

A reportagem procurou o governo de Minas, a PMRv e a Via 040 para perguntar sobre as atribuições de cada um sobre o Anel Rodoviário. Até a última atualização desta matéria, não houve resposta.

Vale destacar que a Via 040 já assinou um termo aditivo para devolver o trecho da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora ao governo federal. Ainda assim, a concessionária segue responsável pela manutenção da via, cujo processo de relicitação está entre os pontos discutidos entre o estado e a União .

Englobado pela cidade, o Anel Rodoviário é, além de uma união de rodovias interestaduais, uma alternativa para o trânsito dentro de Belo Horizonte. Essa característica híbrida da via é apontada como um fator que torna os acidentes mais frequentes e amplia o impacto das ocorrências no trânsito da capital.

"É uma rodovia e uma via urbana. Isso é uma das grandes causas de acidentes, porque é uma mistura

de dois tráfegos bem distintos. Primeiro pela composição do tráfego, as rodovias têm mais caminhões, veículos pesados, segundo pelo comportamento ao dirigir, o tráfego urbano é mais lento, exige mais atenção ao que tem em volta, pedestres e ônibus urbanos, por exemplo. A união de dois tráfegos distintos é complicada", explica Silvestre e Andrade.

Para o especialista, o projeto do governo estadual para a construção do **Rodoanel** Metropolitano na Grande BH pode ser uma alternativa importante para aliviar o fluxo no Anel Rodoviário, mas não deve ser tratado como medida única para que os problemas de tráfego e segurança no trânsito sejam resolvidos.

"Primeiro precisa existir o novo **Rodoanel** para tirar o tráfego rodoviário do anel atual, inclusive proibir no anel atual o trânsito de veículos muito pesados. Além disso, a municipalização seria interessante ou até a estadualização efetiva, trazer para o âmbito mais local as intervenções na via, deixar mais próxima a tomada de decisão para melhorar o trânsito", comenta.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/08/interna_gerais,1455165/anel-rodoviario-gestao-difusa-favorece-acidentes-e-complica-transito-em-bh.shtml

A força das redes sociais II - LUIZ TITO

LUIZ TITO

Na mesma entrevista, o governador Romeu Zema disse que no seu governo as decisões são exclusivamente técnicas e descartou como exemplo eventuais práticas que a vida política coleciona, de se mudarem projetos de estradas para que em seus trajetos não sejam cortejadas cidades onde seja forte a oposição. Apenas lembrando, o **Rodoanel** metropolitano de Belo Horizonte até hoje não saiu do papel porque o corpo técnico da Secretaria de Estado da Infraestrutura deu as costas às alternativas apresentadas pelas prefeituras alcançadas por um traçado melhor, mais econômico, menos ofensivo às cidades e muito mais eficiente pelo serviço que entregará. E, sem dúvida, beneficiará o acesso às cidades localizadas à margem das BR-381 e à sofrível solução BR-262/MG-494, que atende Divinópolis. Isso certamente agradaria muito à poetisa Adélia Prado. Não se sabe por que insistir na pior solução. A quem será que essa atitude tanto interessa?

Site: <https://www.otempo.com.br/opiniao/luiz-tito/a-forca-das-redes-sociais-ii-1.2812201>

Próximo de Lira e Pacheco, novo líder quer viabilizar demandas de MG

Por **Letícia Fontes**

Novo coordenador da bancada mineira, em Brasília, o deputado federal Luiz Fernando Faria (PSD) pretende trabalhar prioritariamente pautas que agilizem o processo de concessão da BR-381 no Estado e da construção do **Rodoanel** Metropolitano.

O parlamentar, que venceu a disputa e vai assumir a coordenação da bancada mineira no Congresso Nacional, pretende ainda utilizar da boa relação e do bom trânsito que possui com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP), para avançar nas discussões sobre o leilão do metrô de Belo Horizonte. A intenção do deputado é que a concessão saia logo do papel e vire realidade para os mineiros.

No fim do ano passado, após muitos pedidos de cancelamento do leilão por parte da bancada do PT, a Comporte Participações S.A. arrematou a concessão por R\$ 25 milhões e será responsável pelos serviços do metrô da capital pelos próximos 30 anos. O governo federal tem até março para assinar o contrato com a empresa vencedora.

Seguir

"Algumas obras e pautas já estão se arrastando há alguns anos, a intenção é trabalhar para que elas avancem. Temos a questão da BR-381, do **Rodoanel**, talvez quem sabe rediscutir o leilão do metrô, eu não sei quais foram os termos da concessão. É preciso acelerar esses processos que se arrastam por muito tempo para sair do papel. São obras importantes para o Estado", afirmou o deputado.

Luiz Fernando Faria vinha travando uma disputa com o deputado federal Paulo Guedes (PT) para assumir a coordenação da bancada mineira em Brasília, que até então vinha sendo coordenada nos últimos quatro anos pelo deputado Diego Andrade (PSD). O nome do parlamentar, no entanto, foi mais bem quisto pelos deputados e pelos senadores devido a sua relação tanto com a esquerda quanto com a bancada bolsonarista. Faria é também amigo pessoal de Arthur Lira e cultivava bom relacionamento com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD). Ao todo, o parlamentar conseguiu mais de 40 assinaturas para assumir a coordenação.

"Esse movimento veio da própria bancada. O pessoal me procurou, procurou alguns líderes e aceitei", afirmou o parlamentar, que acredita que seu bom relacionamento vai facilitar encaminhar os pedidos do Estado.

"Minha relação com o Arthur vem desde o pai dele, que foi o meu amigo, depois veio o Arthur na Câmara e começamos uma relação grande de amizade. Com ele não tem dificuldade, é um amigo próximo, que vai facilitar as nossas demandas. E o Rodrigo (Pacheco) dispensa comentários, é um parceiro, um irmão, mas estou otimista, acho que vamos avançar muito nas questões de Minas", completou Faria.

Atualmente, o posto de coordenador de bancada é simbólico e não está previsto nenhum tipo de remuneração para o cargo. Além de um bom relacionamento com o presidente da República e o governador do Estado, o coordenador tem entre suas atribuições buscar consenso entre os parlamentares para a indicação das emendas coletivas.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/proximo-de-lira-e-pacheco-novo-lider-quer-viabilizar-demandas-de-mg-1.2813307>

Chefe do MP de contas defende RRF e crítica distribuição de emendas

Por *Letícia Fontes*

Empossado no cargo em maio de 2022, o atual procurador-geral do Ministério Público de Contas do Estado (MPCMG), Marcílio Barenco, afirmou ser favorável à adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em entrevista exclusiva a O Tempo, o procurador disse que esta é uma decisão sustentável a longo prazo e permitirá alívio financeiro imediato às contas públicas.

Responsável por chefiar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, Barenco destacou ainda a existência de impropriedade na elaboração e aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 e reforçou o descompasso da destinação das emendas parlamentares. Segundo o procurador, mais de 50% das despesas de emendas impositivas foram realizadas em apenas quatro Regiões Intermediárias - Belo Horizonte, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Montes Claros.

Na entrevista, o procurador falou também sobre os gastos do governo do Estado e sobre a fiscalização dos recursos proveniente do acordo referente à tragédia de Brumadinho.

Seguir

Confira a entrevista completa

Recentemente, o TCEMG afirmou que os gastos com a educação e a saúde não atingiram o mínimo exigido pela Constituição. Quais ações o MPC tem realizado para que seja cumprido o mínimo constitucional do orçamento para as áreas da saúde e da educação? Qual o desafio do MPC para essa fiscalização e eventuais punições?

De acordo com a Constituição da República, os Estados-membros devem gastar 25% de sua receita decorrente de impostos e transferências com a educação e 12% com a saúde. No exercício de 2020, o Estado de Minas Gerais aplicou 20,73% em educação e 11,57% em saúde, tendo suas contas aprovadas com ressalvas em parecer prévio a ser remetido ao Legislativo. Em 2021, o Estado de Minas Gerais aplicou 25,41% em educação e 12,55% em saúde, cumprindo, portanto, os limites constitucionais

(contas pendentes de julgamento pelo TCEMG).

Anualmente, ao apresentar parecer na análise do Balanço do Estado, o Ministério Público de Contas afere a observância dos limites e, independentemente do resultado da análise dessas contas pelo Plenário do TCE, apresenta diversas orientações aos gestores, incluindo recomendação para o planejamento e bom uso dos recursos destinados a essas áreas, inclusive quanto à eficiência desses e de outros gastos.

Os desafios para a fiscalização são vários, que alcançam a própria complexidade das contas prestadas - dada a sua abrangência -, as dificuldades de verificação dos gastos de acordo com a legislação vigente, a análise da arrecadação e como melhor alocar os recursos disponíveis. Também é preciso considerar os obstáculos e as dificuldades reais dos gestores em cumprir os mínimos constitucionais, dívida pública pretérita e até mesmo o período da pandemia, quando houve necessidade de ajustes nas contas públicas em todo o País.

O descumprimento dos mínimos constitucionais pode ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas. A propósito, o parecer desfavorável (pela rejeição) do Tribunal de Contas somente poderá ser afastado pelo Legislativo por decisão de dois terços dos membros do parlamento mineiro.

Em caso de emissão de parecer prévio pela rejeição das contas, são exigidas medidas compensatórias de investimentos em exercícios futuros, além da possibilidade de suspensão de transferências voluntárias e vedação à contratação de garantia com a União, podendo desaguar na inelegibilidade do gestor responsável, na possibilidade de intervenção federal e deflagração de processo por crime de responsabilidade ou improbidade administrativa.

Nesse mesmo parecer, o TCEMG destacou também que o aumento da dívida consolidada líquida extrapolou o limite de alerta, chegando próximo ao limite máximo de endividamento. Como o senhor avalia o avanço de gasto do Estado com pessoal? Há solução para essa questão? Como o MPC pode atuar nessa questão?

De fato, a Dívida Consolidada Líquida (DCL), no exercício de 2020, chegou a R\$140,047 bilhões, frente

a Receita Corrente Líquida (RCL), de R\$70,580 bilhões de reais, sendo o percentual DCL/RCL de 198,42%. Portanto, acima do limite de alerta.

Já no exercício de 2021 apurou-se melhor resultado, quando a DCL do Estado informada foi de R\$139,628 bilhões, em face de uma RCL de R\$82,419 bilhões, apresentando relação DCL/RCL de 169,41%, isto é, abaixo do limite de alerta (contas pendentes de julgamento pelo TCEMG).

Quanto ao dispêndio com pessoal e encargos sociais no exercício de 2021, foram apurados gastos no importe de R\$47,021 bilhões. A despesa representou, assim, 57,06% da RCL, excedendo, portanto, o limite prudencial, mas ficando abaixo (44,87%) do limite de 49% da despesa global estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

É necessário que os gastos com pessoal sejam realizados com responsabilidade e dentro dos limites legais, evitando-se aumentos não previstos, principalmente diante da atual situação fiscal do Estado de Minas Gerais, que é bastante delicada financeiraorçamentariamente. Ou seja, o Governo do Estado precisará atuar de acordo com o que preconiza e autoriza a LRF, em especial, em seu melhor esforço de gestão pública. Quando a despesa total com pessoal excede 95% do limite, a LRF estabelece proibições ao Poder Executivo, como a criação de cargo, emprego ou função e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, entre outras vedações.

O Ministério Público de Contas atua nessa questão manifestando-se nos processos de sua competência, fiscalizando o volume dos gastos, avaliando a necessidade de emissão de alerta e de monitoramento pelo Tribunal de Contas, além do envio de recomendações sobre medidas corretivas para a recondução aos limites legais da despesa com pessoal. Além disso, dentro da amplitude do escopo de atuação do MPC, é possível deflagrar procedimentos investigatórios adequados para apuração de irregularidades ou ilegalidades de que tenha ciência, bem como propor Termos de Ajustamento de Conduta de gestão pública.

Qual a avaliação do Senhor sobre a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal. É a solução, considerando a situação financeira do Estado? Como o senhor avalia as condições do RRF?

Em dezembro de 2021, o estoque da dívida do Estado de Minas Gerais com a União Federal estava em R\$140,707 bilhões. O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é um auxílio criado para ajudar os Estados que enfrentam grave desequilíbrio financeiro, possibilitando

benefícios como suspensão de pagamentos de dívidas com a União e a concessão de créditos.

Avalio que a adesão do Estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal é importante, pois ele usufruirá da suspensão do pagamento do serviço da dívida integralmente no primeiro ano de vigência, com a retomada progressiva. O Regime de Recuperação Fiscal também assegura o refinanciamento de todos os valores não pagos. Trata-se, portanto, de solução sustentável de longo prazo, pois, além de conceder o alívio financeiro imediato, possibilita ao Estado reestruturar suas finanças gradualmente, com o intuito de alcançar e manter o equilíbrio fiscal.

Em compensação, o Estado deve cumprir as exigências e vedações previstas em lei, que, de forma geral, restringem o aumento de despesas. No contexto mineiro, entendo que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal se apresenta como perspectiva viável para o reequilíbrio das contas públicas e manutenção de serviços públicos essenciais.

Qual seria a solução para Minas Gerais tendo em vista o caos financeiro? O que poderia ser feito? Qual é o maior gargalo do Estado quando o assunto é situação fiscal?

O equilíbrio das contas públicas, como já preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal desde o ano de 2000, envolve o corte de gastos desnecessários, a melhoria na gestão de despesas, o crescimento da receita e o aprimoramento na prestação de serviços, com impacto direto na vida da população. Nesse ponto, cumpre registrar que o Estado de Minas Gerais fechou o exercício de 2021 com superávit da execução orçamentária, após sucessivos déficits, considerando a receita arrecadada de R\$129,00 bilhões e a despesa empenhada de R\$128,89 bilhões.

Todavia, apesar do resultado primário positivo, o Estado tem dificuldades financeiras com o crescente endividamento, déficit previdenciário e insuficiência de caixa para liquidar todas as despesas. Sobre o "maior gargalo" do Estado quando o assunto é a situação fiscal, a principal dificuldade permanece sendo a dívida com a União Federal. Sem dúvida, a trajetória temerária da dívida do governo do Estado com a União representa riscos para a sociedade mineira e deficiência reflexa em políticas públicas indispensáveis.

Como o MPC tem fiscalizado a destinação dos recursos do acordo referente à tragédia de Brumadinho? O MPC já identificou alguma irregularidade?

O tema referente ao acordo do Estado de Minas

Gerais com a empresa Vale foi objeto de fiscalização no Balanço Geral do Estado do exercício de 2021. As obrigações assumidas pela Vale dizem respeito à fixação de valores com atividades que a empresa executará e pagará diretamente e com atividades executadas pelo Poder Público ou pela empresa, mas que são pagas diretamente por ela. Quando repassados ao Estado, os recursos desse acordo deverão ser direcionados para conta específica, apartada da conta do Tesouro, com o objetivo de garantir a transparência e o rastreamento dos valores aplicados.

Os recursos devem ser aplicados pelo Poder Público em programas de mobilidade, como na implantação do **Rodoanel** e na complementação dos recursos federais para o metrô da Região Metropolitana; em programas de fortalecimento do serviço público, em contratações temporárias de pessoal, em estruturas de apoio e em projetos de segurança hídrica.

A receita auferida em 2021 no âmbito do acordo (R\$3,405 bilhões) foi integralmente contabilizada como Receita de Capital. Ainda, houve a aplicação de Receitas de Capital em Despesas Correntes, que poderá ser considerada, em tese, descompasso com a Lei federal nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, somente após a emissão de parecer prévio pelo TCEMG. A legislação determina que receitas de capital somente podem ser gastas com despesas de capital, visando que o patrimônio público não seja dilapidado para pagar despesas com a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral, que possam, assim, não contribuir diretamente para a formação ou aquisição de patrimônio para o Estado.

Sobre a fiscalização das emendas na Assembleia Legislativa, há alguma anormalidade? Como tem sido a fiscalização e o uso dessas emendas?

A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados estaduais realizarem alterações no orçamento anual. Desde a edição das Emendas à Constituição do Estado de Minas Gerais nº 96/2018, 100/2019 e 101/2019, passou-se a constar a previsão do orçamento impositivo, referente às emendas parlamentares individuais e de bloco de bancada, as quais são de execução orçamentária e financeira obrigatória pelo Poder Executivo. Ou seja, o termo "orçamento impositivo" refere-se à parte do orçamento definida pelos parlamentares que não pode ser alterada pelo Poder Executivo.

Na fiscalização referente ao Balanço Geral do Estado - exercício de 2021, foi identificada pelo MPC a impropriedade na elaboração e aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). A Lei contém créditos em descompasso com o princípio

orçamentário da discriminação, segundo o qual as receitas e despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, de tal forma que se possa saber, pormenorizadamente, a origem dos recursos e sua aplicação.

Além disso, em relação à execução da despesa, observou-se que entre os 853 Municípios do Estado de Minas Gerais, 827 (96,95%) foram contemplados com recursos advindos de emendas parlamentares. Ainda, mais de 50% das despesas de emendas impositivas foram realizadas em apenas quatro Regiões Intermediárias - Belo Horizonte, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Montes Claros -, que, juntas, possuem 392 Municípios, dos quais 380 receberam recursos das emendas, havendo necessidade de se implementar uma divisão mais equitativa de recursos advindos de emendas parlamentares entre os Municípios mineiros.

Qual tem sido o foco do mandato do senhor?

O foco tem sido atuar nas atribuições institucionais do MPC, que consistem na defesa dos interesses públicos, do erário, da proteção do patrimônio público, das necessidades da sociedade e do ordenamento jurídico.

As atividades realizadas para alcançar esses fins são diversas, tais como: apurar as denúncias recebidas no MPC, por meio dos seus canais de denúncia - que têm sido ampliados e divulgados; emitir recomendações aos órgãos e entidades das administrações públicas estaduais e municipais, para o aprimoramento da gestão; contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de contas e dos mecanismos que o TCE dispõe para apreciar e julgar as contas dos administradores; assegurar o exercício pleno das funções do MPC, que são, não raras vezes, objeto de cerceamento; dar maior visibilidade às atividades e competências do MPC, como instrumento de combate à corrupção e às irregularidades identificadas no âmbito da Administração Pública mineira.

Também tenho procurado, juntamente com o Colégio de Procuradores do MPC, desenvolver práticas de controle externo propositivas, que impliquem cooperação, diálogo e solução negociada de conflitos. Além disso, para melhoria da eficiência e do desenvolvimento profissional, estão sendo promovidos pela Procuradoria-Geral cursos de capacitação presenciais e on-line para membros e servidores da instituição.

Como trazer mais transparência para o setor público?

A transparência no setor público é alcançada à medida que se garante ao cidadão o acesso aos dados

públicos gerados e mantidos pelos governos, de forma rápida, simples e descomplicada. Ou seja, é preciso dar cada vez mais efetividade à Lei de Acesso à Informação, combater a desinformação, evitar a opacidade da gestão pública e as tentativas de criar mecanismos para sigilo ou segredo de dados.

Aos cidadãos deve ser assegurado o direito de conhecimento das contas públicas, incluindo as receitas arrecadadas e aquelas que são objeto de renúncia, o modo de aplicação dos gastos, o detalhamento da remuneração de servidores públicos, as prestações de contas, os contratos administrativos firmados e as licitações realizadas.

A publicidade e a transparência podem ser ampliadas pela utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, contendo dados atualizados, disponíveis para acesso e mantidos à disposição do público nos sítios eletrônicos oficiais de forma descomplicada, autoidata e de fácil inteligência.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/chefe-do-mp-de-contas-defende-rrf-e-critica-distribuicao-de-emendas-1.2814040>

Marília Campos afirma que não aceitará projeto de rodoanel que "rasgue" Contagem

Por Lucas Negrisoni

A prefeita de Contagem, Marília Campos (PT), na região metropolitana de Belo Horizonte, ressaltou que não aceitará um projeto de **rodoanel** que "rasgue com uma nova rodovia" a cidade. A defesa, histórica, foi feita em entrevista à rádio Super 9,1 FM durante o programa "Café Com Política", na manhã desta quarta-feira (15).

"É muito importante explicitar a posição de Contagem. Nós acreditamos que o **Rodoanel** é imprescindível, porque o Anel Rodoviário vítima centenas de pessoas, mortes e acidentes. Precisamos de uma reforma. Mas, não podemos resolver esse problema impondo um sacrifício à cidade de Contagem, que pode no futuro ter problema com abastecimento de água. O problema não é a construção, mas o projeto do governo do Estado, que é um problema de traçado, que prejudica Contagem. Por isso, a prefeitura se movimentou para fazer um projeto alternativo", argumenta.

"Eu queria complementar dizendo que o governo do Estado de fato fez o leilão, em dezembro, mas até hoje não foi feita a assinatura do contrato com a empresa italiana que ganhou. Por que será? Até hoje, até onde eu saiba, não foi publicada. Estou achando estranho, porque tinha pressa e até hoje não assinaram o contrato. Será que está tendo algum problema? Se a assinatura for feita, eles vão ter que entrar com o pedido de licença prévia, mas com esse traçado Contagem não vai dar o certificado de conformidade. Não podemos aceitar que a cidade seja novamente rasgada com uma rodovia que trará problemas. Queremos um **rodoanel** que contorne a cidade", completa.

Questionada sobre a saída do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato, que pediu para deixar o cargo há duas semanas, Marília disse que nunca teve problemas com o escolhido de Romeu Zema (Novo). Contudo, ela acredita que pode haver mudança na direção das negociações. "É preciso esperar para ver", pontua.

A reportagem procurou o governo do Estado por e-mail e aguarda retorno.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/marilia-campos-afirma-que-nao-aceitara-projeto-de-rodoanel->

que-rasgue-contagem-1.2814217

Estado tenta mudar comarca de ação contra o Rodoanel, mas perde na Justiça

Por **Letícia Fontes**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou o pedido do Estado para que a ação civil pública apresentada pela Prefeitura de Contagem, que questiona o traçado do **Rodoanel** Metropolitano, não tramitasse no município. O governo do Estado solicitava que a ação fosse ajuizada em uma das varas da Fazenda Pública de Belo Horizonte, enquanto a prefeitura de Contagem defende que a ação deve ser julgada na cidade. Atualmente, o processo está sob responsabilidade da 3ª Vara Empresarial de Fazenda Pública e Registros Públicos de Contagem.

No julgamento desta quinta-feira (16/2), os desembargadores Jair Varão, Alberto Diniz Júnior e Maurício Soares decidiram pela manutenção do processo na Comarca do município, considerando que a discussão da implantação e da operação do formato da Alça Oeste proposto para o **Rodoanel** perpassa os danos locais, ambientais, urbanísticos e sociais que serão ocasionados na cidade. O recurso apresentado pelo governo do Estado argumentava que a ação é regional, por isso, o processo não deveria ter sido ajuizado em Contagem, mas, sim, na capital do Estado.

De acordo com a procuradora-geral de Contagem, Sarah Campos, a decisão de ajuizar a ação em uma das comarcas do município teve como objetivo facilitar os trabalhos da Justiça. Desde o ano passado, as cidades de Contagem e Betim questionam judicialmente o traçado proposto pelo **Rodoanel** Metropolitana. As prefeituras argumentam que o projeto traz prejuízos ambientais, sociais e urbanísticos para os municípios, principalmente, na região da Várzea das Flores, um dos bairros mais povoados das duas cidades.

"O município entende que mudar (a Vara) é um prejuízo. Tramitar em Contagem traz benefícios até em termos de facilidade geográfica, aqui é mais perto do local do dano, mais próximo até para a realização das provas periciais", explicou a Procuradora.

Nessa quarta-feira (15/2), em entrevista à rádio Super 91.7 FM, a prefeita de Contagem, Marília Campos (PT), voltou a se posicionar contra o projeto do **Rodoanel** proposto pelo governo de Minas e afirmou

que não aceitará um traçado que "rasgue" Contagem. "O **Rodoanel** é imprescindível, mas não podemos resolver esse problema impondo um sacrifício a Contagem, que pode no futuro ter problema com abastecimento de água. O problema não é a construção, mas o projeto do governo do Estado", afirmou.

O município de Betim já informou também que a passagem do **Rodoanel** pela cidade será adequada à legislação do município. Segundo a prefeitura, não é possível garantir que a cidade irá conceder o licenciamento ambiental da obra, uma vez que o município defende que cabe à prefeitura legislar "sobre assuntos de interesse local".

Entre os argumentos citados pelo executivo municipal estão a desapropriação e o reassentamento de milhares de famílias de áreas densamente povoadas. A prefeitura questiona ainda o fato de o traçado do **Rodoanel** não prever quem arcará com os custos de obras complementares, já que a construção implicaria na interrupção de serviços essenciais, como saneamento básico, abastecimento e energia.

Entenda

Mesmo sob contestação na Justiça, o governo de Minas Gerais homologou, no fim do ano passado, a concessão do **Rodoanel** da Região Metropolitana de Belo Horizonte à italiana INC S.P.A.. A expectativa é que as obras sejam iniciadas em 2024.

Em agosto, o grupo italiano Inc SPA venceu o edital para a construção do **Rodoanel**. A empresa apresentou uma proposta de contraprestação de R\$ 91.144.207,40 - valor a ser pago pelo Estado nos primeiros três anos de operação da rodovia, o que representa deságio de 12,14% em relação ao valor estipulado pelo governo estadual, de R\$ 103.738.000,68.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão será realizada por meio de parceria público-privada (PPP). O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano, que vai explorar pedágio por 30 anos da rodovia.

O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 km de malha rodoviária. A concessão será para as obras, manutenção e operação. A expectativa é que até 2027 as alças norte e oeste sejam concluídas.

A reportagem de O Tempo questionou o governo de Minas sobre o pedido de mudança de comarca e se pretende recorrer da decisão. Em nota, o Estado informou que não comenta ações judiciais e, quando provocado, se manifesta apenas nos autos do processo.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/estado-tenta-mudar-comarca-de-acao-contra-o-rodoanel-mas-perde-na-justica-1.2815270>

Privatizações em Minas III - LUIZ TITO

LUIZ TITO

Pois é. Poupemo-nos todos disso, especialmente Minas Gerais, que tem jazidas de nióbio, de lítio, tem o Ceasa, tem rodovias, tem o **Rodoanel**, tem a Funed, tem escolas onde se poderiam enfiar métodos de ensino pagos à linha escrita nos cadernos escolares, tem hospitais com centenas de serviços para serem explorados pela iniciativa privada, tem um imenso sistema penitenciário para ser privatizado, tem as Polícias Civil e Militar para alugarem veículos e viaturas, tem a Codemig, a Codemge, tem a Cemig, a Copasa, enfim, muita coisa para ser preservada e até um dia privatizada, mas não deixemos que o Estado ou o seu governante sejam enganados, que vendam esses ativos bilionários a preços de banana.

Site: <https://www.otempo.com.br/opiniaoluiz-tito/privatizacoes-em-minas-iii-1.2819082>

Minas Gerais pode ter mais 16 pedágios até o fim do ano

Bernardo Estillac

Minas Gerais poderá ter mais 16 praças de pedágio até o fim do ano. Os pontos de cobrança serão instalados no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas, onde dois lotes de estradas foram concedidos à iniciativa privada. A operação das empresas, ambas integrantes do consórcio Infraestrutura MG, começou neste ano e deve cumprir com prerrogativas antes de poder fazer as cobranças.

O consórcio Rodovias do Triângulo começou a operar em 24 de fevereiro. A empresa é responsável por operação, manutenção e monitoramento de 627,4 quilômetros de rodovias pelos próximos 30 anos. O contrato prevê o investimento de R\$ 3,2 bilhões em obras de estrutura, como adequação de pontes e viadutos, duplicações e melhorias de acessos. Outros R\$ 2,6 bilhões são para serviços aos usuários das vias.

LEIA MAIS

O início da cobrança dos oito pedágios previstos está condicionado ao cumprimento de serviços iniciais, que a concessionária espera completar nos próximos nove meses. Cabe à concessionária divulgar as datas exatas do início do funcionamento das praças. De acordo com o consórcio Rodovias do Triângulo, a tarifa será de R\$ 11,48, conforme previsto no edital de concessão.

O lote concedido no Triângulo Mineiro contempla 16 municípios: Água Comprida, Araguari, Araxá, Conceição das Alagoas, Estrela do Sul, Indianópolis, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patrocínio, Perdizes, Planura, Romaria, Santa Juliana, Uberaba e Uberlândia.

Os pedágios serão instalados nos seguintes pontos:

O segundo lote foi concedido para a Rodovias do Sul de Minas, que começou a operar na última sexta-feira (3/3). O contrato prevê que a empresa passa a ser responsável pela manutenção, conservação e monitoramento de 454,3 quilômetros de estradas pelos próximos 30 anos.

A concessionária deve investir aproximadamente R\$ 2 bilhões em obras de infraestrutura. Segundo o governo

do estado, a recuperação da BR-459 na altura de Senador José Bento deve ser a prioridade da empresa. O trecho foi interditado pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) após temporais que assolaram a região no fim de janeiro.

Segundo a Rodovias do Sul de Minas, os trabalhos de manutenção das estradas concedidas já começaram. As intervenções fazem parte das medidas iniciais previstas em contratos e visam melhorar as condições viárias.

As operações de manutenção emergencial do pavimento acontecem na MG-290 em Pouso Alegre; na MG-295 em Inconfidentes; na MG-173, de Santa Rita do Sapucaí a Conceição dos Ouros; e na BR-459 em Pouso Alegre.

Na MG-173, nesta sexta-feira (10/3), haverá operação pare/signa entre Conceição dos Ouros e Paraisópolis e, no sábado (11/3), entre Paraisópolis e Gonçalves.

Os oito pedágios que serão instalados nos trechos concedidos à Rodovias do Sul de Minas terão valor de R\$ 8,32, conforme previsto em edital. Eles serão instalados nos seguintes pontos:

Os lotes de estradas no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias do governo de Minas Gerais. A entrega da administração de estradas sob gestão do estado à iniciativa privada fazem parte da pauta de projetos prioritários definidos pelo governador Romeu Zema (Novo) junto à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) ainda no ano passado.

Em documento enviado à equipe de transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Seinfra citou especificamente os dois lotes como forma de desenvolvimento da infraestrutura das regiões.

"Tendo em vista os benefícios que podem ser trazidos pelo desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, destacam-se a concessão dos lotes do Triângulo Mineiro e do Sul de Minas, do **Rodoanel** Metropolitano e o destravamento do processo da MG-424. Em relação às obras realizadas pelo Estado, está em andamento o Provias - maior programa de manutenção e pavimentação de estradas mineiras da

última década sob responsabilidade do DER-MG",
apontava o documento.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/09/interna_gerais,1466906/minas-gerais-pode-ter-mais-16-pedagios-ate-o-fim-do-ano.shtml

Demandas de Minas não atendidas

Wandir Pinto Bandeira

Belo Horizonte

No decorrer da campanha eleitoral, pela ótica dos candidatos, Minas Gerais representa o mais cobiçado colégio eleitoral do país, capaz de decidir o pleito em disputa, portanto, merecedor de imediata solução pelo governo a ser eleito, de antigas reivindicações que nunca são atendidas. Contudo, após a posse do candidato eleito, como num passe de mágica, nosso estado perde totalmente sua importância política, sendo preterido na destinação de ministérios de real relevância na administração do país e, quando muito, recebe a título de compensação um daqueles que deixaram de ser cobiçados. É a solução para suas antigas reivindicações, com destaque para as prometidas duplicação de rodovias federais que cortam o estado, revitalização do Anel Rodoviário, implantação do **rodoanel** e o metrô da capital, que, com apenas 28km de extensão, carente de um padrinho, mas se existe planejamento para sua expansão, esse dorme empoeirado há mais de 20 anos no arquivo de algum ministério. Acorda, Minas, mostre sua força e sua importância no cenário nacional, senadores e deputados federais unidos podem fazer a diferença!

Site: https://www.em.com.br/app/noticia/opiniao/espaco-do-leitor/2023/03/16/interna_espaco-do-leitor,1469416/demandas-de-minas-nao-atendidas.shtml

Tarcísio tenta recuperar terreno no bolsonarismo com martelo, Deus e militarismo

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER - Folhapress

Quando Tarcísio de Freitas (Republicanos) golpeou sem clemência o balcão da Bolsa de Valores, para celebrar o fim do leilão do trecho norte do **Rodoanel**, ensaiou por tabela marretar a má vontade contra ele nutrida por uma parcela do bolsonarismo mais aguerrido.

Mais gestos vieram na mesma semana. O Terra Brasil Notícias, um dos oráculos da comunicação bolsonarista, reproduziu a participação do governador de São Paulo nos 143 anos do Corpo de Bombeiros e destacou: Tarcísio comanda cerimônia militar pessoalmente .

O chefe do Executivo paulista também sancionou um projeto de lei que tornou a Marcha para Jesus, maior evento no calendário evangélico do continente, patrimônio cultural imaterial do estado -ato prontamente exaltado por portais do segmento, como o Pleno News.

Os últimos dias foram lidos, por aliados e também desafetos, como um aceno do governador ao eleitorado mais fiel a Jair Bolsonaro (PL), grupo que o embalou até o Palácio dos Bandeirantes. A relação andava estremecida após Tarcísio emitir sinais que não caíram bem com parte dessa base.

Como ao declarar, antes mesmo de tomar posse, nunca ter sido um bolsonarista raiz . Já na cadeia, ele posou mais de uma vez com o presidente Lula (PT), inimigo número um do bloco, e sancionou uma lei que autoriza a maconha medicinal no SUS em São Paulo, algo no mínimo controverso para uma ala conservadora que tem ojeriza a qualquer flexibilização do acesso à cannabis.

As marteladas que desferiu na B3 ressuscitaram nas redes sociais comparações com os personagens Thor, deus nórdico que empunha um martelo, e Chapolin Colorado, dono da marreta biônica. A deputada Carla Zambelli (PL-SP), que voltou a defender Bolsonaro depois de dar declarações ao jornal Folha de S.Paulo que a fizeram se indispor com o ex-presidente, compartilhou na internet uma charge do governador

Thorcísio veiculada na Revista Oeste, outra trincheira virtual do conservadorismo.

Disse Tarcísio ao manusear o martelo: O pessoal está tímido ainda, mas vou mostrar como é que faz . Com pretensões presidenciais para 2026 no radar, ainda lhe resta mostrar como se faz para sinalizar para um eleitorado mais amplo sem desagradar a base que cimentou sua vitória no ano passado.

Tímida foi, até aqui, a reação em grupos digitais bolsonaristas a movimentos do governador que aliados interpretam como uma piscadela para a direita.

O Telegram se empolgou, mas com comedimento, com a empolgação de Tarcísio do leilão do **Rodoanel**, aponta monitoramento coordenado por Leonardo Nascimento, Letícia Cesarino e Paulo Fonseca com apoio do InternetLab.

As mensagens mais compartilhadas sobre o episódio nos principais canais a favor de Bolsonaro somam 20 menções. Parece pouco, mas são grupos com centenas de inscritos , diz Nascimento, professor da Universidade Federal da Bahia.

Diz uma delas: Bate Tarcísio, martelaaaaaaaaaaaaa!! Imagina toda a pressão que ele deve estar sofrendo e o duro que foi finalmente bater este martelo. Que Deus te abençoe e te dê muita força para fazer São Paulo decolar!! .

Um recado o parabenizando, postado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), impulsionou as referências positivas ao governador nesse ecossistema digital. Para Nascimento, Tarcísio parece estar estrategicamente acenando para as pautas do bolsonarismo para tentar ocupar o lugar do "pai da horda" .

O vereador paulistano Fernando Holiday (Republicanos), que respaldou Tarcísio e Bolsonaro em 2022, não detectou em sua bolha direitista muitas demonstrações públicas de afeto ao entusiasmo do governador com a privatização de extensão do **Rodoanel**. Eu só o vi postando e a esquerda criticando , diz, acrescentando um emoji de

gargalhada.

Segundo Holiday, alguns devotos de Bolsonaro não gostam muito de qualquer sinal de entrosamento com a esquerda, mesmo que num nível republicano. Daí a implicância com Tarcísio. Mas isso é só uma questão de amadurecimento da direita. Foi por falta de gestos como esses que acabamos sendo tachados de antidemocráticos.

A direita, segundo o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ex-presidente da bancada evangélica, está engatinhando no Brasil e ainda passará pelo amadurecimento natural da política .

O governador foi militar e sempre foi liberal na economia, essa é a essência dele , afirma o parlamentar. Quem é [conservador] não precisa provar, é só praticar aquilo que ele acredita e defende.

Enquanto fileiras mais ideológicas do bolsonarismo resistem ao governador, chegando a lhe rotular como traíra , nos bastidores do poder seu nome cresce entre as apostas para bater a esquerda na próxima eleição a presidente, sobretudo se questões judiciais tornarem Bolsonaro inelegível.

Para o apóstolo César Augusto, um dos evangélicos que marchou com o ex-presidente na fracassada campanha pela reeleição, lustra a biografia de Tarcísio com adjetivos como ousado e corajoso .

Para o líder da igreja Fonte da Vida, o governador vai cada vez mais ocupando espaço que está vago na direita e surfando numa onda onde não tem ninguém . Virou uma opção no cenário nacional para combater a esquerda .

Em nota, o Bandeirantes diz que todas as medidas e decisões adotadas pela atual gestão estão alinhadas com o plano de governo e são voltadas à promoção do diálogo e do desenvolvimento a fim de assegurar a dignidade a todos os paulistas .

LEIA MAIS

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/20/interna_politica,1470849/tarcisio-tenta-recuperar-terreno-no-bolsonarismo-com-martelo-deus-e-milita.shtml

Em MG, também há um projeto programado de ecocídio

Por **Célia Xakriabá**

Em Minas Gerais, a política ambiental não é mais caso de política, é caso de polícia. Estamos vivendo um ataque direto aos nossos biomas e à nossa água e uma política de destruição. O que venho chamando de um projeto programado de ecocídio também se aplica ao nosso Estado. Das montanhas gerais, das águas gerais, será que estamos caminhando para sermos os roedores gerais?

Assim como já reza a cartilha bolsonarista, Zema quer passar a boiada e os roedores de montanhas em uma medida totalmente autoritária, junto à proposta de reforma administrativa, com o PL 358/2023, que retira da Secretaria de Meio Ambiente a competência para toda a regularização ambiental.

Ele propõe uma verdadeira fundação sem fundamentos para os licenciamentos ambientais com as novas atribuições da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). E, com isso, cria uma diretoria específica de mineração. Zema quer uma institucionalidade para roer montanhas e devastar Minas Gerais. Estamos diante de uma prática recorrente de liberar empreendimentos de mineração sem licenciamento ambiental. Eles usam termos de ajustamento de conduta precários para negociar diretamente com as mineradoras, autorizando a extração mineral sem licenciar.

Seguir

Zema também segue empenhado em reduzir as áreas de amortecimento de parques e unidades de preservação ambiental para favorecer a mineração, como é o caso do parque da Baleia, na serra do Curral. Isso ameaça a nossa serra, patrimônio protegido que dá nome à capital mineira e está sob grave ameaça. Quando gritamos para tirar o pé da nossa serra é porque sabemos que ela é do povo, que é nossa história e nossa natureza. Eles muito gritam, mas se recusam a escutar. Continuaremos ecoando coletivamente a nossa voz, que urge pela preservação ambiental e pela manutenção da vida.

Além disso, tentam destruir ainda mais o meio ambiente com dinheiro que deveria reparar o crime em Brumadinho. É um novo crime ambiental. Não há dinheiro que repare a mineração, mas o que está

previsto no acordo não pode ser usado para passar por cima de povos e comunidades tradicionais e gerar ainda mais impactos, como o **Rodoanel** de Zema (Rodominério). Não podemos curar o mal com a mesma enfermidade.

Outro absurdo que presenciamos com esse desgoverno é o fato de que, pela Resolução Conjunta 01/2022 da Semad e da Sedese, os nossos povos e comunidades tradicionais não estão tendo a garantia da consulta prévia, prevista na Convenção 169 da OIT. Eles passam a mineração e empreendimentos que nos atingem sem garantir a nossa autonomia ao território. O nosso direito ao que sempre foi nosso, que são os modos de vida e as tradições dessas comunidades.

Para finalizar, gostaria de lembrar que a ânsia da mineração chega agora ao Norte de Minas, com a SAM, que está prometendo dinheiro e a falsa sensação de desenvolvimento. Estão investindo R\$ 2,1 bilhões em ao menos quatro municípios. É uma região tradicional, do Cerrado, e as comunidades estão sendo enganadas com essa política das mineradoras e do governo do Estado. Eles se dizem civilizados, mas que civilidade é essa? Que mata, destrói e violenta comunidades inteiras.

Estamos finalizando o mês de março, que celebrou o Dia Mundial da Água, e entrando no nosso Abril Indígena. Essa temporalidade marca também a nossa luta. Temos duas grandes bacias mortas por crimes de mineração e vários povos indígenas e tradicionais impactados nas bacias do Rio Doce e do Paraopeba. Não podemos continuar com essa prática no nosso Estado. Eles insistem em nos matar, mas precisam entender que é um mal comum.

Se morremos com a violência, eles morrerão com água contaminada e comida com veneno em suas mesas. É uma questão humanitária. Se na última coluna disse que contra o peso da caneta, responderemos dançando, hoje digo que responderemos lutando!

Célia Xakriabá é Deputada federal (PSOL-MG)

Site: <https://www.otempo.com.br/opiniao/celia-xakriaba/em-mg-tambem-ha-um-projeto-programado-de-ecocidio-1.2840204>

Moradores da comunidade Nascentes Imperiais protestam contra traçado do Rodoanel

Por Bruno Daniel

Moradores do bairro Nascentes Imperiais, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, fazem um protesto contra a construção do **Rodoanel** Metropolitano na manhã desta sexta-feira (31). O ato ocorre às margens da Via Expressa, no bairro Tropical. Os manifestantes discordam do traçado aprovado pelo governo de Minas Gerais que, segundo os moradores, apresenta problemas sociais e ambientais.

"O governador não respeitou a convenção que impõe uma consulta às comunidades tradicionais onde vai passar o trajeto do **Rodoanel**", reclamou Valdir Pontas, membro da Comissão Nascentes Imperiais. Na Cidade Administrativa, também nesta manhã, ocorre uma cerimônia para oficializar a concessão do **Rodoanel**.

Ainda de acordo com a liderança, o projeto do Executivo mineiro não realizou uma análise detalhada na região. "Nós fizemos um diagnóstico no nosso bairro, e o antigo secretário dizia que nossa comunidade seria atingida apenas em 50 casas. O nosso diagnóstico mostrou que serão 400 e isso vai atingir 2.000 pessoas. Não foi feito nenhum estudo no bairro".

Além dessas questões, Pontas ressalta prejuízos hídricos que a construção do **Rodoanel** Metropolitano pode provocar na Várzea das Flores, que abastece Betim, Contagem e parte de Belo Horizonte. "A gente não pode deixar de falar que nossa região abriga muitas nascentes. Vai afetar a Várzea das Flores, se essa obra passar por aqui, vai destruir os mananciais e as nascentes", finaliza.

A obra do **Rodoanel** Metropolitano é criticada pelas prefeituras de Betim e de Contagem devido ao traçado da rodovia e seus impactos sociais e ambientais. Bairros inteiros e populosos serão divididos pelo **Rodoanel** e a estrada também trará impactos negativos para a Área de Preservação da Várzea das Flores. A represa, como apontado por Pontas, é responsável por abastecer as duas cidades e também parte de Belo Horizonte. Ambos os municípios já

deixaram claro que não vão licenciar a obra caso o traçado não seja ajustado.

Seguir

O governador Romeu Zema e o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Bruno, devem assinar na manhã desta sexta-feira (31) o contrato de concessão do **Rodoanel** da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Haverá uma cerimônia na cidade administrativa oficializando o ato.

Assinam o documento o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), e a empresa italiana INC S.P.A., empresa vencedora da licitação.

Em agosto, o grupo italiano Inc SPA venceu o edital para a construção do **Rodoanel**. A empresa apresentou uma proposta de contraprestação de R\$ 91.144.207,40 - valor a ser pago pelo Estado nos primeiros três anos de operação da rodovia, o que representa deságio de 12,14% em relação ao valor estipulado pelo governo estadual, de R\$ 103.738.000,68.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão será realizada por meio de parceria público-privada (PPP). O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano, que vai explorar pedágio por 30 anos da rodovia.

O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 km de malha rodoviária. A concessão será para as obras, manutenção e operação. A expectativa é que até 2027 as alças norte e oeste sejam concluídas.

Veja a comparação entre os traçados propostos pelo governo de Minas e pelas prefeituras

Site: <https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-da-comunidade-nascentes-imperiais-protestam-contra-tracado-do-rodoanel-1.2841222>

Rodoanel Metropolitano: Governo de Minas assina contrato de concessão

Sílvia Pires

O governo de Minas Gerais oficializou, nesta sexta-feira (31/3), a polêmica construção do **Rodoanel** da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com a assinatura do contrato de concessão ao grupo italiano INC S.P.A. A expectativa é que as obras comecem no início de 2024 e se estendam por oito anos.

Após concluído, a empresa ainda será responsável pela manutenção e operação do anel rodoviário durante 30 anos. Com 100 quilômetros de malha rodoviária, o **Rodoanel** vai passar por Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, entre elas Contagem e Betim, que criticaram vigorosamente o traçado do projeto.

LEIA MAIS

A obra promete desafogar o trânsito da RMBH, reduzindo o tempo de viagem no trecho em até 50 minutos. "É um projeto que vai fazer com que o estado mude, muito, e para melhor. Como empresário, eu sei que passar pela região metropolitana sempre foi um pesadelo", disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, em coletiva de imprensa na manhã desta sexta-feira (31/3).

O governo de Minas irá investir R\$ 3,07 bilhões no projeto, montante vindo do acordo judicial assinado com a Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho, enquanto a concessionária ficará responsável por cerca R\$ 2 bilhões.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/31/interna_gerais,1475932/rodoanel-metropolitano-governo-de-minas-assina-contrato-de-concessao.shtml

Em meio a protesto, Zema assina contrato de concessão do Rodoanel

Por Gabriel Ronan

O governador Romeu Zema (Novo) assinou o contrato de concessão do **Rodoanel** Metropolitano nesta sexta-feira (31/3). A oficialização do acordo com a empresa italiana S.P.A. aconteceu em meio a protesto contra a intervenção também nesta sexta, no bairro Nascentes Imperiais, onde moradores questionam a falta de participação popular. As prefeituras de Contagem e Betim, na Grande BH, também criticam o traçado da obra por conta de desapropriações e risco para o abastecimento de água das duas cidades.

"Vai melhorar em muito a vida de muitos usuários. Só olhar como São Paulo cresceu nos últimos 20 anos com o **Rodoanel** Metropolitano. Em Minas, o impacto será ainda maior", afirmou o governador Romeu Zema. Ele também lembrou das vítimas da Tragédia de Brumadinho, já que o dinheiro que financia a obra vem do acordo com a Vale.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão será realizada por meio de parceria público-privada (PPP). O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano, que vai explorar pedágio por 30 anos da rodovia. A INC SPA venceu a licitação ocorrida em agosto.

Seguir

O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 km de malha rodoviária. A concessão será para as obras, manutenção e operação. A expectativa é que até 2027 as alças norte e oeste sejam concluídas. Essa primeira etapa representa cerca de 70% da intervenção. O governo aposta numa diminuição entre 30 e 50 minutos no tempo gasto hoje para fazer o mesmo trajeto.

"Infraestrutura demanda planejamento a longo prazo, por isso é tão importante ser uma política de Estado. Para chegarmos aqui, foi um processo amplo de escuta. Foram centenas de reuniões técnicas, com oito audiências públicas e a análise profunda de mais de 10 traçados alternativos", disse o secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Bruno.

A mensagem foi semelhante por parte da empresa vencedora da licitação. "É o culminar de um sonho cujo os objetivos começam hoje a se concretizar. Os laços entre Itália e Brasil sempre foram muito fortes. Celebramos, com a assinatura, que essa obra seja realizada", afirmou o CEO da Inc S.P.A. Cláudio Dogliani.

A obra do **Rodoanel** Metropolitano é criticada pelas prefeituras de Betim e de Contagem devido ao traçado da rodovia e seus impactos sociais e ambientais. Bairros inteiros serão divididos pelo **Rodoanel** e a estrada também trará impactos negativos para a Área de Preservação da Várzea das Flores. A represa é responsável por abastecer as duas cidades e também parte de Belo Horizonte. Ambos os municípios já deixaram claro que não vão licenciar a obra caso o traçado não seja ajustado.

O prefeito de Betim Vittorio Mediolli (sem partido) é um dos que condenam o atual desenho defendido pelo Estado. "Betim sente uma urgente necessidade do **Rodoanel**, mas num percurso que não corte as áreas mais densamente povoadas. O **Rodoanel** não pode se transformar numa agressão ao equilíbrio da população, especialmente dos bairros mais populosos. Já existe uma lei municipal que permite o **Rodoanel**, mas num percurso de área externa aos bairros mais populosos. Não se quebra lei municipal sem acordo com o prefeito", afirma.

A prefeita Marília Campos (PT) reforça o posicionamento contrário à atual proposta. "Primeiro, nós queremos deixar mais uma vez registrado que Contagem é a favor da construção de um **Rodoanel**. Agora, isso não pode ser feito às custas de um sacrifício enorme para a cidade de Contagem, para a população de Contagem. O traçado hoje proposto tem um impacto social, porque atravessa áreas já adensadas, implicando em centenas de desapropriações, como também é um traçado que passa na área de preservação ambiental da Bacia de Vargem das Flores, que poderá trazer uma consequência futura para o abastecimento de água na cidade", diz. Marília garante que não haverá certificado de licenciamento sem alteração no projeto.

Diante das queixas, o secretário Pedro Bruno disse que o traçado apresentado no momento é uma diretriz e pode ser alterado. "Na fase de licenciamento

ambiental, o traçado pode sofrer ajustes visando otimizar o máximo do aspecto ambiental, social e econômico do projeto. Entendo que é fundamental a parceria com todos os atores. Sabemos da complexidade de um projeto dessa magnitude", afirmou.

O **Rodoanel** Metropolitano será a primeira rodovia do Brasil funcionando na metodologia free flow. Portanto, não haverá praça de pedágio, como na maioria das grandes rodovias brasileiras. O usuário vai pagar de acordo com o trajeto percorrido no trecho de 100 quilômetros.

A cobrança será automatizada: R\$ 0,35 por quilômetro. Haverá descontos para o usuário frequente e para aquele que percorre longas distâncias no trecho do **Rodoanel**.

Autoridades presentes

A solenidade contou com as presenças dos deputados estaduais Nayara Rocha (PP), Vitorio Júnior (PP), Alê Portela (PL), Betinho Pinto Coelho (PV), Ione Pinheiro (União Brasil) e Bruno Engler (PL). Os vereadores de BH Marcela Trópia e Braulio Lara, ambos do Novo, também marcaram presença. O mesmo vale para a prefeita de Vespasiano Ilce Rocha (PSDB), que é presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de BH (Granbel).

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/em-meio-a-protesto-zema-assina-contrato-de-concessao-do-rodoanel-1.2841288>

Rodoanel: Zema assina contrato, mas Contagem e Betim cobram mudanças no projeto

Por Gabriel Ronan

No dia em que o governo de Minas Gerais oficializou a concessão do **Rodoanel** Metropolitano, as prefeituras de Contagem e Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte, voltam a cobrar mudanças no projeto apresentado pela gestão Romeu Zema (Novo). Em conversa com a reportagem, os prefeitos Vittorio Medioli (sem partido) e Marília Campos (PT) reforçaram a desaprovação do desenho atual.

"Betim sente uma urgente necessidade do **Rodoanel**, mas num percurso que não corte as áreas mais densamente povoadas. O **Rodoanel** não pode se transformar numa agressão ao equilíbrio da população, especialmente dos bairros mais populosos. Já existe uma lei municipal que permite o **Rodoanel**, mas num percurso de área externa aos bairros mais populosos. Não se quebra lei municipal sem acordo com o prefeito", afirma Vittorio Medioli.

A prefeita Marília Campos (PT) reforça o posicionamento contrário à atual proposta. "Primeiro, nós queremos deixar mais uma vez registrado que Contagem é a favor da construção de um **Rodoanel**. Agora, isso não pode ser feito às custas de um sacrifício enorme para a cidade de Contagem, para a população de Contagem. O traçado hoje proposto tem um impacto social, porque atravessa áreas já adensadas, implicando em centenas desapropriações, como também é um traçado que passa na área de preservação ambiental da Bacia de Vargem das Flores, que poderá trazer uma consequência futura para o abastecimento de água na cidade", diz. Marília garante que não haverá certificado de licenciamento sem alteração no projeto.

Seguir

Diante das queixas, o secretário Pedro Bruno disse que o traçado apresentado no momento é uma diretriz e pode ser alterado. "Na fase de licenciamento ambiental, o traçado pode sofrer ajustes visando otimizar o máximo do aspecto ambiental, social e econômico do projeto. Entendo que é fundamental a parceria com todos os atores. Sabemos da complexidade de um projeto dessa magnitude",

afirmou.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão será realizada por meio de parceria público-privada (PPP). O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano, que vai explorar pedágio por 30 anos da rodovia. A INC S.P.A. venceu a licitação ocorrida em agosto.

O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 km de malha rodoviária. A concessão será para as obras, manutenção e operação. A expectativa é que até 2027 as alças norte e oeste sejam concluídas. Essa primeira etapa representa cerca de 70% da intervenção. O governo aposta numa diminuição entre 30 e 50 minutos no tempo gasto hoje para fazer o mesmo trajeto.

O governador Romeu Zema (Novo) assinou o contrato de concessão do **Rodoanel** Metropolitano nesta sexta-feira (31/3). A oficialização do acordo com a empresa italiana S.P.A. aconteceu em meio a protesto contra a intervenção também nesta sexta, no bairro Nascentes Imperiais, onde moradores questionam a falta de participação popular.

"Vai melhorar muito a vida de muitos usuários. Só olhar como São Paulo cresceu nos últimos 20 anos com o **Rodoanel** Metropolitano. Em Minas, o impacto será ainda maior", afirmou o governador Romeu Zema. Ele também lembrou das vítimas da Tragédia de Brumadinho, já que o dinheiro que financia a obra vem do acordo com a Vale.

"Infraestrutura demanda planejamento a longo prazo, por isso é tão importante ser uma política de Estado. Para chegarmos aqui, foi um processo amplo de escuta. Foram centenas de reuniões técnicas, com oito audiências públicas e a análise profunda de mais de 10 traçados alternativos", disse o secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Bruno.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/rodoanel-zema-assina-contrato-mas-contagem-e-betim-cobram->

mudancas-no-projeto-1.2841297

Rodoanel Metropolitano: entenda como vai funcionar o pedágio

Sílvia Pires

O **Rodoanel** Metropolitano, que começa a ser construído em 2024, terá um novo modelo de cobrança de pedágio, chamado free flow. Os motoristas irão notar as diferenças já no trajeto, pois o sistema não utiliza praças de pedágio. A cobrança, estimada em torno de R\$ 0,35 por km rodado, será feita por meio de equipamentos de monitoramento instalados nas vias.

Ao longo dos 100 quilômetros de malha rodoviária, que atravessam Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, serão instalados portais com sensores e câmeras de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para identificar a placa dos automóveis.

O pagamento, proporcional à quilometragem percorrida no trecho, poderá ser realizado por meio de tags instaladas nos veículos. O secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, adianta que serão concedidos descontos aos motoristas.

Temos alguns incentivos, como desconto para uso de tag, para usuários frequentes e também àqueles que percorrem longas distâncias nesse trecho, divulgou o secretário em coletiva de imprensa, realizada nesta sexta-feira (31/3), que oficializou a assinatura do contrato de concessão do **Rodoanel**.

A obra promete desafogar o trânsito da RMBH, reduzindo o tempo de viagem no trecho em até 50 minutos. Na primeira fase, com previsão de conclusão em até cinco anos, serão entregues as obras das alças norte e oeste, que respondem por 70% do tráfego que se espera no **Rodoanel**.

É um projeto que vai fazer com que o estado mude, muito, e para melhor. Como empresário, eu sei que passar pela região metropolitana sempre foi um pesadelo. Isso vai trazer melhorias muito a vida da população, disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

Além das melhorias no trânsito, o projeto ainda prevê uma redução no número de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, por meio do desvio do fluxo de veículos pesados para o **Rodoanel**.

O objetivo principal é melhorar nossa mobilidade urbana e salvar vidas. Vamos tirar mais 5 mil caminhões que circulam por dia na via. A estimativa é que isso resulte em uma redução de mil acidentes por ano, calcula o secretário de infraestrutura e mobilidade.

Dos R\$ 5 bilhões investidos no projeto, R\$ 3 bilhões serão aportados pelo estado, montante obtido por acordo firmado com a mineradora Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Os R\$ 2 bilhões restantes serão de responsabilidade do grupo italiano.

O projeto é motivo de um imbróglio entre o governo estadual e as prefeituras de Contagem e Betim. A administração das cidades aponta que a obra apresenta riscos à Bacia Hidrográfica de Vargem das Flores e risco ao abastecimento hídrico na Grande BH.

Os municípios também criticam o traçado da estrada, que prevê obras em regiões densamente povoadas, incluindo comunidades tradicionais como o Quilombo dos Arturos. Sem traçado alternativo, a palavra de ordem de ambas cidades é barrar a licitação do empreendimento.

Questionado sobre esses impasses, o secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, demonstrou tranquilidade e destacou a complexidade do projeto. O desafio agora é tirar do papel. Um projeto dessa magnitude, que envolve tantos atores, é fundamental uma ampla escuta e diálogo, disse.

Para dar início às obras, o projeto ainda precisa passar pelo licenciamento ambiental, cuja previsão é ser concluído, no máximo, até o segundo semestre de 2024. Até lá, o secretário de infraestrutura e mobilidade admite a possibilidade de mudança do traçado, alvo de impasses com as prefeituras de Contagem e Betim.

Ele é um referencial. No processo de licenciamento ambiental podemos ter ajustes, até mesmo por proposição da empresa, desde que aprovado por nós do Estado, explica Pedro Bruno.

LEIA MAIS

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/31/interna_gerais,1476042/rodoanel-metropolitano-entenda-como-vai-funcionar-o-pedagio.shtml

Pedágio do Rodoanel vai ser cobrado por monitoramento

Sílvia Pires

O **Rodoanel** Metropolitano, que começa a ser construído em 2024, terá um novo modelo de cobrança de pedágio, chamado free flow. Os motoristas vão notar as diferenças já no trajeto, pois o sistema não utiliza praças de pedágio. A cobrança, estimada em torno de R\$ 0,35 por km rodado, será feita por meio de equipamentos de monitoramento instalados nas vias. Ao longo dos 100 quilômetros de malha rodoviária, que atravessam Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, serão instalados portais com sensores e câmeras de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para identificar a placa dos automóveis.

O pagamento, proporcional à quilometragem percorrida no trecho, poderá ser realizado por meio de tags instaladas nos veículos. O secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, adianta que serão concedidos descontos aos motoristas. "Temos alguns incentivos, como desconto para uso de tag, para usuários frequentes e também àqueles que percorrem longas distâncias nesse trecho", divulgou o secretário em coletiva de imprensa, realizada ontem, que oficializou a assinatura do contrato de concessão do **Rodoanel**.

LEIA MAIS

A obra promete desafogar o trânsito da RMBH, reduzindo o tempo de viagem no trecho em até 50 minutos. Na primeira fase, com previsão de conclusão em até cinco anos, serão entregues as obras das alças norte e oeste, que respondem por 70% do tráfego que se espera no **Rodoanel**. "É um projeto que vai fazer com que o estado mude, muito, e para melhor. Como empresário, eu sei que passar pela região metropolitana sempre foi um pesadelo. Isso vai melhorar muito a vida da população", disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

Além das melhorias no trânsito, o projeto ainda prevê uma redução no número de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, por meio do desvio do fluxo de veículos pesados para o **Rodoanel**. "O objetivo principal é melhorar nossa mobilidade urbana e salvar vidas. Vamos tirar mais 5 mil caminhões que circulam por dia na via. A estimativa é que isso resulte em uma redução de mil acidentes por ano", calcula o

secretário de infraestrutura e mobilidade.

O governo de Minas Gerais oficializou, ontem a construção do **Rodoanel** da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com a assinatura do contrato de concessão ao grupo italiano INC S.P.A. A expectativa é que as obras comecem no início de 2024 e se estendam até 2028. A empresa será responsável pela manutenção e operação do anel rodoviário durante 30 anos. Com 100 quilômetros de malha rodoviária, o **Rodoanel** vai passar por Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, entre elas Contagem e Betim, que criticaram vigorosamente o traçado do projeto.

Dos R\$ 5 bilhões investidos no projeto, R\$ 3,07 bilhões serão aportados pelo estado, montante obtido por acordo firmado com a mineradora Vale pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Os R\$ 2 bilhões restantes serão de responsabilidade do grupo italiano.

O projeto é motivo de um imbróglio entre o governo estadual e as prefeituras de Contagem e Betim. A administração das cidades aponta que a obra apresenta riscos à Bacia Hidrográfica de Vargem das Flores e risco ao abastecimento hídrico na Grande BH. Os municípios também criticam o traçado da estrada, que prevê obras em regiões densamente povoadas, incluindo comunidades tradicionais como o Quilombo dos Arturos. Sem traçado alternativo, a palavra de ordem de ambas cidades é barrar a licitação do empreendimento.

Questionado sobre esses impasses, o secretário de infraestrutura e mobilidade, Pedro Bruno, demonstrou tranquilidade e destacou a complexidade do projeto. "O desafio agora é tirar do papel. Um projeto dessa magnitude, que envolve tantos atores, é fundamental uma ampla escuta e diálogo", disse. Para dar início às obras, o projeto ainda precisa passar pelo licenciamento ambiental, cuja previsão é ser concluído, no máximo, até o segundo semestre de 2024. Até lá, o secretário de infraestrutura e mobilidade admite a possibilidade de mudança do traçado, alvo de impasses com as prefeituras de Contagem e Betim.

Site:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/04/01/int>

erna_politica,1476226/pedagio-do-rodoanel-vai-ser-cobrado-por-monitoramento.shtml

Zema deixa RRF em segundo plano e foca em repactuação de Mariana

Por Gabriel Ronan

Principal prioridade do primeiro mandato de Romeu Zema (Novo) em Minas Gerais, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao menos nas últimas articulações, deixou de ocupar o topo da lista dos assuntos tratados pelo governador em Brasília. A principal preocupação do Executivo estadual, neste momento, tem sido a repactuação do acordo pela tragédia de Mariana, ocorrida em novembro de 2015 na região central do Estado.

A dor de cabeça de Zema tem um motivo especial: o receio de que uma condenação da BHP Billiton, acionista da Samarco junto com a Vale, emperre de vez a esperança de um acordo nos moldes do assinado no âmbito da catástrofe de Brumadinho. Isso porque a corte britânica tem um processo aberto contra a multinacional australiana, que corre desde 2018. Pelo menos 700 mil pessoas, entidades, prefeituras e empresas assinam a ação contra a mineradora. Os advogados sustentam que o sistema jurídico brasileiro não tem sido capaz de assegurar a devida reparação, que já se arrasta por sete anos. A indenização pedida pelos atingidos chega a R\$ 230 bilhões.

Aos olhos de Zema, a repactuação por Mariana seria importante para que a condenação das empresas não se arraste por ainda mais tempo. Além disso, o dinheiro viria para turbinar as possibilidades de investimentos pelo governo de Minas. Grande parte dos R\$ 37,7 bilhões oriundos do acordo de Brumadinho, por exemplo, vai financiar grandes obras, como hospitais regionais no interior e o **Rodoanel** metropolitano.

Nos bastidores, o governo e outras autoridades envolvidas entendem que somente o aval da União está pendente para a assinatura da tragédia de 2015. As tratativas estavam avançadas na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas a equipe de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem ressalvas à negociação, o que pode impedir um desfecho positivo para Zema.

Seguir

Em aparições recentes, o governador de Minas bateu na tecla da repactuação de Mariana diversas vezes. "Estamos tensos, porque temos uma ação referente a

essa mesma tragédia correndo no Reino Unido. Caso o julgamento lá ocorra antes da conclusão desse acordo aqui no Brasil, nós enfrentaremos sérias dificuldades, já que as empresas envolvidas vão lembrar que já concretizaram um acordo lá fora, que é danoso. Os escritórios de advocacia querem cobrar 30% de honorários daqueles que solicitaram essa reparação", disse Romeu Zema ao assinar o contrato de licitação do **Rodoanel** metropolitano nessa sexta-feira (31/3).

Quando se reuniu com os deputados federais da bancada mineira em Brasília nessa quarta-feira (29/3), o governador também fez apelos para que os parlamentares pressionem o governo federal para homologar o acordo de Mariana. Na ocasião, o RRF sequer foi citado por Zema.

"O acordo estava bem avançado. Das 13 autoridades envolvidas, 12 já bateram o martelo nos valores, na forma de pagamento e nas obrigações. Como nós tivemos a transição do governo (federal), a União está se inteirando do assunto e buscando os detalhes. Alguns ministros querem posicionar algumas questões sobre o acordo. O Estado todo, os prefeitos, estão querendo saber o que vai acontecer", diz o deputado federal Samuel Viana (PL-MG), aliado do governo de Minas.

Também presente ao encontro, o parlamentar Mário Heringer (PDT), que é de corrente política oposta a de Zema, deu versão parecida sobre a reunião. "Ele pediu apoio de todos os deputados mais ligados ao governo federal atual (para articular pela repactuação de Mariana). Há uma preocupação (do governador) que esse processo se resolva na Inglaterra, o que não contemplaria o Estado e outras entidades, somente quem entrou na ação. São cerca de 40 municípios que entraram na ação contra a mineradora", afirma.

Já Weliton Prado (Pros) disse que já começou as articulações para tentar convencer o governo federal a assinar a repactuação. "O acordo será entre R\$ 120 e R\$ 150 bilhões. Já me comprometi a procurar o Rui Costa (chefe da Casa Civil do governo Lula), que foi deputado comigo, para conversar sobre isso. É muito importante para Minas Gerais que essa homologação saia", diz.

Quando se encontrou com o vice-presidente e ministro

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil, Geraldo Alckmin, Zema também fez pressão pela assinatura do acordo de Mariana. Apesar de não se dirigir diretamente ao ex-governador de São Paulo, o chefe do Executivo de Minas Gerais deixou claro o seu desejo durante o 39º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), no Minascentro, na região Central de Belo Horizonte.

"Justiça se faz com agilidade. Se demorar, 20, 30 anos, já se passou. Juntamente com o governo federal, vamos mostrar que quem provoca esse tipo de tragédia precisa ser devidamente punido e quem foi prejudicado devidamente reparado", disse.

O vice-presidente, porém, sequer citou o tema quando falou ao microfone.

Oficialmente, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) cobra a participação efetiva dos prejudicados pela mineração na repactuação do acordo de Mariana. "Não pode ser um acordo de gabinete como foi em Brumadinho", afirmou Joceli Andrioli, da Coordenação Nacional do MAB, quando a organização se reuniu com o ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira em janeiro.

Apesar de quase 10 anos terem se passado, os atingidos e as autoridades entendem que a Fundação Renova, criada para reparar os danos da catástrofe de Mariana, não atendeu às expectativas. Mais de sete anos depois, a entidade ainda não entregou as casas dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, engolidos pela lama da Barragem de Fundão, na Mina de Germano, administrada pela Samarco na cidade. A mineradora, por exemplo, já voltou a operar no local.

Desde que a repactuação começou a ser discutida, em 2021, audiências públicas aconteceram para debater o tema e chegar a um denominador comum. No entanto, os atingidos reclamam do pouco espaço dado na mesa de discussões.

A ideia é reformular o projeto de indenização integral, garantir um programa de recuperação econômica e criar um fundo de participação popular, no qual a população defina onde o dinheiro será utilizado. Além disso, a repactuação prevê a criação do Fundo do Rio Doce, com gestão do BNDES, incluindo recursos para o microcrédito. Dinheiro para o saneamento básico dos municípios atingidos também está em pauta.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/zema-deixa-rrf-em-segundo-plano-e-foca-em-repactuacao-de-mariana-1.2842188>

Gabriel desafia Fuad, reforma tributária em pauta e CPIs: veja a semana política

Por O TEMPO

A semana na política foi marcada por um desafio público do presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), Gabriel Azevedo, ao prefeito da capital, Fuad Noman (PSD), sobre o aumento da passagem de ônibus para R\$ 6,90 na cidade.

A reforma tributária, que recebe amplo apoio desde a oposição ao governo Lula (PT) à base, também marcou o noticiário e, na pauta para a próxima semana, Comissões Parlamentares de Inquérito em na CMBH e Assembleia marcarão os acontecimentos. Houve, ainda, questionamentos sobre a concessão do **Rodoanel** Metropolitano.

No dia em que o governo de Minas Gerais oficializou a concessão do **Rodoanel** Metropolitano, as prefeituras de Contagem e Betim, na região metropolitana de Belo Horizonte, voltam a cobrar mudanças no projeto apresentado pela gestão Romeu Zema (Novo). Em conversa com a reportagem, os prefeitos Vittorio Medioli (sem partido) e Marília Campos (PT) reforçaram a desaprovação do desenho atual.

Seguir

Deputados estaduais defenderam nesta sexta-feira (31) que a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional não resulte em perda de autonomia e nem de arrecadação para estados e municípios. O debate ocorreu durante seminário realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pelo Grupo de Trabalho da Reforma Tributária.

O presidente do colegiado, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que a reforma será benéfica para os entes federativos, pois vai aumentar a arrecadação e acabar com a guerra fiscal entre os estados.

A reforma tributária em discussão no Congresso Nacional propõe acabar com o ICMS (imposto estadual) e com o ISS (imposto municipal) para unificá-los a três impostos federais - IPI, PIS e Cofins.

Quatorze vereadores de Belo Horizonte - tanto de oposição quanto da base do prefeito Fuad Noman (PSD) - apresentaram um requerimento à Comissão

de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal (CMBH), nesta sexta-feira (31), para que uma audiência pública que discuta o plano diretor da capital seja realizada.

Dentre os possíveis convocados estão, além de Fuad, o secretário municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, o procurador-geral da Casa, Marcos Castro, diversos arquitetos, deputados estaduais, movimentos sociais e ex-secretários da prefeitura. Ainda, há entidades representativas do comércio e indústria na lista.

O presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), vereador Gabriel Azevedo (sem partido), afirmou que o prefeito da capital, Fuad Noman (PSD), tem 30 dias para anular o contrato com empresas de ônibus, que pretendem aumentar a passagem na cidade para R\$ 6,90. Caso o chefe do Executivo não o faça, argumenta Azevedo, ele poderá anular o contrato após o prazo.

"O que o Ministério Público de Contas falou e foi protocolado na Câmara é que, se o prefeito não anular em até 30 dias, o presidente da Câmara pode. E o presidente sou eu. Se falta coragem na prefeitura, sobra na Câmara", disparou. A declaração ocorreu em entrevista à rádio Super 91,7 FM na noite de sexta-feira (31).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Minas Arena conta, atualmente, com as 26 assinaturas necessárias para a sua instalação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Apesar de os deputados Alencar da Silveira (PDT) e Adriano Alvarenga (PP) terem retirado a assinatura, outros dois parlamentares assinaram a lista, de tal forma que o Legislativo segue com o número mínimo exigido para a abertura de uma CPI. De acordo com o Regimento Interno da ALMG, para a instauração da comissão, há a necessidade da adesão de um terço dos parlamentares da Casa, ou seja, 26 assinaturas. A CPI tem o objetivo de analisar os contratos firmados entre o Governo de Minas e a concessionária que administra o Mineirão, a Minas Arena.

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) suspendeu, na última sexta-feira (31/3), o edital da concessão do Parque das Águas de Caxambu, no Sul de Minas. Com isso, a sessão de

abertura dos envelopes, na modalidade presencial, marcada para 5 de abril, foi suspensa. A suspensão veio em atendimento a pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da prefeitura de Caxambu e de deputados estaduais, que querem melhorias no edital de licitação. A Companhia participou de mais uma audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no último dia 30, quando mais esclarecimentos sobre o processo de licitação foram prestados pela empresa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lagoa da Pampulha pretende ouvir, na próxima terça-feira (4/4), o diretor de Gestão de Águas Urbanas, Ricardo Aroeira, considerado, pelos vereadores que integram a comissão, testemunha-chave por estar há pelo menos 25 anos à frente das ações que envolvem a despoluição da Lagoa da Pampulha. Essa é a terceira vez que Aroeira é convocado para prestar esclarecimentos sobre os temas investigados pela CPI. Em razão de atestado médico de acompanhamento familiar apresentado, ele não compareceu das outras vezes.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/gabriel-desafia-fuad-reforma-tributaria-em-pauta-e-cpis-veja-a-semana-politica-1.2842340>

PBH planeja obras no Anel Rodoviário para atender tráfego do Carlos Prates

Por Lucas Gomes e Rayllan Oliveira

Um mês depois de o aeroporto do Carlos Prates, na região Noroeste de Belo Horizonte, ter sido desativado, a prefeitura esboça um projeto para tentar resolver uma nova questão que surge com a transformação da área em um bairro com moradias populares: a chegada de 2.000 famílias às margens do Anel Rodoviário .

O corredor, por onde circulam aproximadamente 160 mil veículos por dia, que também é o local onde ocorrem cerca de 500 acidentes com vítimas por ano , é a principal via de acesso para a área. Uma possível sobrecarga de veículos no trecho - que já está saturado com o movimento atual - faz com que a prefeitura já pense em obras para atender essa nova demanda.

" São pelo menos três projetos. Uma "praçarella", com o conceito de praça, além de uma alça de acesso naquele trecho e a implantação da estação São José", revela a assessora especial da Prefeitura de Belo Horizonte, Natália Araújo. Conforme a representante do município, que está à frente das discussões sobre a utilização das áreas, esses projetos estão em fase de estudo e devem ser complementares à proposta apresentada pelo prefeito Fuad Noman (PSD), que pretende utilizar a área do aeroporto para a criação de um grande bairro. "São obras de mobilidade urbana e que em algum momento já haviam sido pensadas, só que não foram para frente, ficaram paradas por falta de financiamento ou outro motivo", explica.

O projeto da "praçarella" é semelhante ao famoso High Line, localizado em Nova York, nos Estados Unidos, e ao Skygarden, em Seul, capital da Coreia do Sul. A estrutura é planejada para atender pedestres, como se fosse um calçadão em meio a um parque urbano a vários metros de altura. "Algo semelhante foi proposto na revitalização do centro da capital. É uma estrutura que hoje é utilizada em várias cidades do mundo", relata Natália Araújo, que afirmou ainda não ter definido o local onde a construção poderá ser realizada.

Além desse projeto, outras intervenções devem ser feitas como tentativa de aliviar o excesso de tráfego na região. "Uma das coisas que a gente conseguiu escutar neste um mês de desativação foi essa demanda de projetos que já existiam para a região.

Tudo isso fez parte desse processo de escuta e deve ser incorporado ao projeto", pontua a assessora.

No entanto, embora se tenha a intenção de transformar o terreno do aeroporto Carlos Prates em um "grande bairro", com cerca de 2.000 residências populares, além de centros de saúde, escolas e outros equipamentos públicos. Essas intervenções no Anel Rodoviário ainda não estão garantidas. Isso porque, além da aprovação do projeto apresentado pelo prefeito Fuad Noman (PSD) ao governo federal, essas obras deverão ser debatidas com o governo de Minas.

"São projetos vultosos e que precisam ser discutidos com outros governos. As obras devem ser pactuadas entre os governos para ver se existe a obrigação de algum deles ou se somente é necessária a autorização", destaca Natália Araújo.

A instalação do terminal São José do BRT/Move, no bairro Jardim Montanhês, é uma demanda antiga de moradores da região Noroeste da capital. O terreno, onde a estação deveria ser construída era ocupado pela favela Vila São José, que mudou de lugar e foi urbanizada em 2010. Cerca de dez anos após a inauguração do Move, as obras para a construção do terminal ainda não tiveram início.

A estrutura chegou a ser planejada para atender cerca de 35 mil passageiros por dia útil, integrando 14 bairros. As linhas alimentadoras levariam os passageiros ao terminal, de onde partiriam linhas por faixas exclusivas para o centro e demais destinos. As obras foram orçadas em R\$ 59,6 mi.

Para Silvestre de Andrade, engenheiro civil e mestre na área de transportes, a prefeitura precisa planejar essas intervenções, já que o Anel Rodoviário, do jeito atual, não está preparado para mais tráfego. "A resposta com esse possível aumento de 2.000 moradias na região não é simples. A gente tem várias considerações. Existe a perspectiva de ter o **Rodoanel**, então , isso se concretizando, vai aliviar um pouco o trânsito dos veículos pesados que passam no Anel atual. A segunda questão é que o Anel atual precisa de mudanças nele. Então, embora ele esteja congestionado e mesmo tirando o tráfego rodoviário, vai continuar sendo uma das vias de maior movimento de BH", pontua.

Silvestre destaca a necessidade de mais investimentos no trecho para aumento da capacidade da circulação de veículos. "O Anel, por exemplo, tem em boa parte duas faixas, em alguns lugares tem três faixas, mas em viadutos, por exemplo, estrangula (o trânsito). Nós precisamos rever o projeto do Anel Rodoviário. As mudanças do Carlos Prates só criam essa emergência, mas já era preciso rever. Aí sim, com essas revisões e obras, pode se considerar o volume maior, mas em melhores condições", justifica.

O especialista pontua que a possível alça solucionaria a nova área de ocupação, mas longe de ser uma resolução dos problemas de todo o trecho. Outro ponto abordado por Silvestre de Andrade é que, para atender as demandas de moradores de casas populares, a cidade deve pensar em meios de transporte público que, de preferência, levem até a região central e em outros pontos de distribuição, como estações de metrô e também de ônibus, como São Gabriel, Barreiro e Venda Nova.

Site: <https://www.otempo.com.br/cidades/pbh-planeja-obras-no-anel-rodoviario-para-atender-trafego-do-carlos-prates-1.2858310>

BRs 381 e 040 somam 51% dos acidentes em 2023 após anos de promessas sem solução

Por José Vítor Camilo

As BRs 381 e 040, para além de serem as maiores e mais importantes estradas federais que cortam Minas Gerais, também têm outro ponto em comum: elas são as mais perigosas e mortais, contabilizando praticamente metade de todos os acidentes e óbitos ocorridos entre janeiro e abril de 2023. Juntas, as rodovias registraram 51,2% das batidas e 47% de todas as mortes nos quatro primeiros meses do ano.

Os números foram obtidos por O TEMPO por meio do Observatório de Dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e, para se ter uma ideia, a "outra metade" dos registros ocorreram nas outras oito rodovias federais do Estado sob a jurisdição da corporação. Nesta terça-feira (2 de maio), o balanço da operação da PRF para o Dia do Trabalhador apontou que Minas registrou uma batida por hora ao longo dos quatro dias do feriado, deixando o Estado no topo da lista das fatalidades do país.

As informações da PRF indicam que, entre janeiro e abril deste ano, houve aumentos de 2,1% no número de acidentes e 10% no número de feridos. Por outro lado, o número de mortes caiu 12% no mesmo período em comparação com os quatro primeiros meses de 2022.

Até o último domingo, dia 30 de abril, as rodovias federais tiveram 2.684 registros de acidentes, com 2.627 feridos e 191 mortos. Deste total, 820 acidentes (30,5%) foram na BR-381 e 555 (20,6%) na BR-040. Entretanto, apesar de ter o maior número de acidentes, a 381, que é conhecida como "Rodovia da Morte", foi "menos fatal" que a 040 pelo menos de janeiro a abril deste ano. As estradas registraram 37 e 53 óbitos, respectivamente.

Seguir

Segundo Luciano Medrado, que é consultor-técnico sênior da Federação e do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Minas Gerais (Fetcemg e Setcemg), por serem as duas rodovias de maior fluxo do Estado, já era de se esperar que elas registrassem essa maior incidência de acidentes, porém, as duas

têm, ainda, problemas históricos que seguem sem solução.

"A 381, de BH a Vitória, tem problemas de traçado, de obra e de outras naturezas. É uma estrada que, do ponto de vista de segurança, não consegue se habilitar em nenhuma certificação internacional. Já na 040, o problema é principalmente pelo aumento do trânsito de caminhões de minério. A estrada fica suja, perde a segurança, tem problemas de sinalização e de sobrepeso, que degrada a pista. E a Via 040 entregou a concessão há 2 anos, então, neste período os impactos já implicam nesse maior número de mortes por lá", ponderou.

Ouvido pela reportagem de O TEMPO nesta terça-feira (2 de maio), o integrante do movimento SOS Rodovias Federais de MG, José Aparecido Ribeiro, destaca que a única forma de se resolver o problema dos acidentes nas estradas de Minas Gerais é, justamente, a duplicação.

"A maioria dos acidentes acontecem em trechos de pista simples, pois somente neles ocorrem as colisões frontais, em que há chances de menos de 8% de sobrevivência. Portanto, precisamos duplicar ou até triplicar as pistas. A BR-381 foi construída em 1958 com 50 quilômetros duplicados. Temos o trecho da Autopista Fernão Dias (de BH a São Paulo) que é duplicado e não temos tantos acidentes por lá", argumentou.

Ribeiro cobrou ainda que sejam realizadas novas concessões e a redução na "burocracia", para evitar casos como o da Via 040, que venceu a licitação mas resolveu "devolver a concessão" à União depois de 7 anos, tendo deixado de duplicar 545 quilômetros que estavam previstos para a rodovia.

"Quando vamos questionar, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) empurra para a Agência Nacional de Trânsito e Transporte (ANTT), que passa para os políticos e, assim, ficamos há anos sem a duplicação dessas rodovias. Nos últimos anos, recebemos vários governos que prometeram a duplicação da 381. Foram duas vezes o Lula (PT), três da Dilma (PT) e uma do Bolsonaro (PL), mas, até hoje,

ninguém resolveu", lamenta o integrante do movimento social.

Procurada por O TEMPO, a ANTT informou que o processo de concessão do trecho mineiro da BR-381, iniciado em julho de 2022, já está com o Tribunal de Contas da União (TCU) e tem previsão de publicação do edital no terceiro trimestre deste ano. "Entre diversas melhorias, estão a duplicação de 44,3 km, a implantação de 127 km de faixas adicionais em pista simples e 11 passarelas", detalhou a agência. O prazo da concessão será de 30 anos e a publicação do contrato está prevista para acontecer no primeiro trimestre de 2024.

Já sobre a BR-040, o órgão afirmou que, durante os estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental, teria sido identificada a necessidade de subdividir o projeto de concessão em três novos trechos, que serão concedidos separadamente. O edital do trecho entre Rio e BH também está com previsão de publicação até o fim de 2023.

"Foi publicado recentemente Acórdão do TCU sobre o projeto que viabilizará a ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG). A ANTT agora seguirá com análise das sugestões da Corte e, após essa fase, encaminhará a documentação para o Ministério dos Transportes, que definirá os prazos para publicação do edital - a previsão inicial é até o fim deste ano. Neste momento, ainda não é possível prever quando os documentos seguirão para o Ministério, pois depende de uma análise ampla da equipe técnica da Agência", completou a ANTT.

O Dnit e o Ministério da Infraestrutura também foram procurados, mas apenas a ANTT respondeu.

Apesar dos motoristas serem os principais afetados pelas condições das estradas, não são apenas eles que são impactados. Para além da economia é afetada com o aumento no preço dos fretes de praticamente tudo que é consumido pela sociedade, existem ainda impactos no turismo e na própria população das cidades cortadas pelas BR"s.

Segundo Luciano Medrado, da Fetcemg, o prejuízo causado pelas más condições e dos acidentes nas estradas é de aproximadamente 18%, incluindo o aumento de gastos com manutenção dos veículos, pneus e veículos acidentados.

"Em algumas, como a 381, isso chega a 22% segundo cálculo da própria ANTT. Temos que realçar, aproveitando o Maio Amarelo, para aumentar a maior prevenção contra os acidentes viários. São anos já de trabalhos e os números têm diminuído, mas ainda estão longe do ideal", argumentou.

O integrante do movimento SOS Rodovias Federais de MG, José Aparecido Ribeiro, destaca que, para além dos impactos diretos à população, com o fechamento das rodovias e pela perda de vidas, o impacto econômico das más condições destas rodovias também merecem atenção.

"Uma fábrica, como a Fiat por exemplo, pode ter a produção da montadora afetada se uma peça não chegar no horário. A mesma coisa para uma refinaria de petróleo, ou na CeasaMinas. Está tudo dependendo da 381 e da 040. Mas você chega ali no Anel, no Califórnia, e vê um trecho que foi construído em 1972, quando a frota de BH era de 150 mil carros, e continua do mesmo jeito hoje, que temos 2,2 milhões de veículos. Aí se vê a importância da construção do **Rodoanel** para minimizar esse impacto", pontua.

Ribeiro cita ainda o impacto no turismo do Estado. "As pessoas deixam de viajar para alguns locais por causa da rodovia, então isso impacta a economia, o turismo poderia estar muito melhor se as rodovias fossem duplicadas, como em São Paulo. Lá, a frota de carros é de 24 milhões. Minas tem 9 milhões e, ainda assim temos mais acidentes pelo fato de nossas estradas serem piores que as deles", completou.

Em fevereiro deste ano, a Confederação Nacional de Transporte (CNT) divulgou números de seu Painel de Consultas Dinâmicas dos Acidentes Rodoviários que apontaram que os acidentes em rodovias federais em 2022 custaram R\$ 12,92 bilhões, valor quase 100% maior que os R\$ 6,5 bilhões investidos pela união na malha rodoviária do país.

Estado que é dono da maior malha rodoviária do Brasil, Minas Gerais lidera o ranking de custos com as tragédias nas estradas no passado, com R\$ 1,69 bilhão de prejuízo.

Ainda no ano pasado, também foi divulgada a Pesquisa CNT de Rodovias 2022, que indicou que mais de 75% das estradas mineiras têm problemas. Com isso, o Estado ficou pior do que a média nacional, uma vez que, no país, esse percentual é de 66%.

Site: <https://www.otempo.com.br/cidades/brs-381-e-040-somam-51-dos-acidentes-em-2023-apos-anos-de-promessas-sem-solucao-1.2861121>

Funed, Campos E Filhos e Vale I

Por Luiz Tito

Em 19 de maio último, esta coluna abordou aspectos da nova direção incorporada à Funed, sob o comando do ex-deputado Felipe Attiê, manifestando certa esperança pelos rumos que se poderão perceber, doravante. Comentou a coluna os contratos que vêm sendo aditivados para reger a construção de prédios, na dimensão de muitas pessoas, infindáveis. Falou ainda sobre os recursos que vêm sendo comprometidos para pagamento de construtoras e sobre a participação da Vale, destinando o acordo celebrado em razão dos prejuízos de Brumadinho com o Estado de Minas Gerais. Mais ainda, abordou questões relativas à possível privatização da Funed, que, ao contrário do informado pelo atual presidente, tem atrativos que certamente interessariam ao mercado. Disso sabem o Estado e a equipe que privatizou o metrô e o Rodoanel e que ainda está em parte dentro da Funed.

Site: <https://www.otempo.com.br/opiniao/luiz-tito/funed-campos-filhos-e-vale-i-1.2874053>

Betim e Contagem não foram ouvidas sobre o Rodoanel, afirma Claudiney Dulin

Por Ana Clara Moreira

Assuntos polêmicos do mandato do governador Romeu Zema (Novo), as discussões sobre a construção do **Rodoanel** Metropolitano deveriam ter mais participação de Contagem e Betim, na Região Metropolitana de BH. É o que afirmou o secretário de Assuntos Institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Claudiney Dulin, em entrevista ao Café com Política, na FM O TEMPO, nesta terça-feira (30).

Para ele, é preciso "entender a situação de cada um dos municípios. Eu acho que tanto Betim quanto Contagem não tiveram acesso, informação e a participação efetiva nessa discussão do **Rodoanel**. Eu acho que essa defesa que Betim e Contagem fazem da falta de diálogo em relação ao **Rodoanel** é justa. Betim e Contagem são duas cidades importantíssimas para o estado de Minas Gerais e para o país. Então essas questões, que envolvem esses dois municípios, tem que ser tratadas com os municípios".

As duas cidades serão impactadas com as obras para implantação da via que é apresentada pelo Governo de Minas como uma alternativa para os diversos problemas - tanto de tráfego quanto de segurança - que existem na Grande BH.

"Não adianta da cidade administrativa eu ter uma ideia que afete, dois municípios, três municípios e que não seja discutida com eles. Então eu acho que essa discussão tem que ser ampliada. Paralelamente a isso, você continua trabalhando a questão do **Rodoanel**. Andando com os projetos, colocando as coisas para funcionar, mas discutindo com os municípios. Não tem que se falar em construção do **Rodoanel** atropelando o interesse dos municípios", pontuou Dulin sobre a relação entre o governo do estado com as prefeituras interessadas no assunto.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/betim-e-contagem-nao-foram-ouvidas-sobre-o-rodoanel-afirma-claudiney-dulin-1.2878466>

Rodoanel: Oposição a Zema volta a cobrar consulta livre e prévia a comunidades

Por Gabriel Ferreira Borges

Deputados estaduais do bloco de oposição ao governador Romeu Zema (Novo) voltaram a cobrar a consulta do Estado de Minas Gerais às comunidades tradicionais impactadas pelo traçado do **Rodoanel** Metropolitano. O empreendimento foi tema de audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta quarta-feira (14).

A deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL) reafirmou que o empreendimento, cujo contrato de concessão à italiana INC S.P.A. foi assinado em 31 de março, viola a obrigatoriedade de consulta livre, prévia e informada determinada pela Convenção da Organização Internacional de Trabalho (OIT) 169. "Há algumas estimativas que apontam que o projeto pode levar à remoção de mais de 15 mil casas e de povos e comunidades tradicionais, como quilombos e terreiros. O governo do Estado de Minas Gerais tem que fazer a consulta livre, prévia e informada às comunidades", salientou Bella.

O subsecretário de Transporte e Mobilidade da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Aaron Duarte Dalla, defendeu que o governo Zema realizou consultas e audiências públicas. "Tivemos uma audiência pública em que houve a audição de diversas pessoas, foram mais de 700 visitas ao site (da Seinfra), mais de 700 contribuições feitas ao projeto e mais de 85 dias para oitivas de contribuições", respondeu Aaron, que acrescentou que o governo ainda teria reunido com os 11 prefeitos das cidades por onde passa o traçado.

Em ironia a Aaron, o deputado estadual Leleco Pimentel (PT) questionou se o governo de Minas entende por oitivas "tapar os ouvidos". "O projeto do **Rodoanel** Metropolitana passa por cima de tudo quanto é tipo de tratado, de nascente, de água, de gente, de cemitério, de patrimônio histórico material e imaterial etc. (...) Não houve respeito à participação popular, e, quando houve, ela foi ignorada", criticou Leleco.

O subsecretário de Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável (Semad), Vítor Reis Salum, disse que os estudos de impacto ambiental ainda vão ser feitos pela INC S.P.A.. "É importante que a gente destaque que a licença (atualmente concedida) é apenas prévia, cujo objetivo é analisar a viabilidade ambiental do projeto licitado e não há autorização (ambiental) para a instalação do empreendimento", pontuou Salum, que acrescentou que, assim que a INC S.P.A. requerer o processo de licenciamento, a Semad avaliará o impacto ambiental, a mitigação e as compensações a serem exigidas.

Em agosto de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) chegou a apontar que a Resolução Conjunta 01/2022 das secretarias de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, editada ainda em abril do ano passado para regulamentar a consulta livre, prévia e informada teria violado os direitos de comunidades e povos tradicionais. Aaron reforçou que, agora a INC S.P.A., faz uma análise preliminar da identificação de comunidades que podem ser afetadas conforme a Convenção da OIT 169. "Depois, todos os diálogos vão ser feitos com essas comunidades. O governo está aberto ao diálogo", disse o subsecretário de Transporte e Mobilidade.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão do **Rodoanel** Metropolitano será por 30 anos. O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano. O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 quilômetros de malha rodoviária em 11 municípios.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/rodoanel-oposicao-a-zema-volta-a-cobrar-consulta-livre-e-previa-a-comunidades-1.2888541>

Rodoanel: Sociedade civil aponta que traçado não atenderia mobilidade urbana

Por Gabriel Ferreira Borges

A sociedade civil aponta que o traçado do **Rodoanel** Metropolitano não atenderia aos gargalos de mobilidade urbana da Grande Belo Horizonte, mas, sim, ao escoamento de commodities do Estado de Minas Gerais. O empreendimento, já licitado pelo governo Romeu Zema (Novo), foi pauta de uma audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Assuntos Municipais e Regionalização nesta quarta-feira (14) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A ativista Cristina Maria de Oliveira, da S.O.S. Vargem das Flores, por exemplo, afirmou que a mobilidade urbana não é apenas mobilidade de carga. "É a mobilidade das pessoas", acrescentou. "E o **Rodoanel** não contempla em nada a mobilidade de pessoas, porque é uma via de passagem com o pedágio mais caro do Brasil - R\$ 0,35 por quilômetro rodado por eixo. Então, não vai beneficiar em nada o transporte coletivo, que vai continuar um caos", disse Cristina.

O ativista Valdir Pontes, da Comissão do Bairro Nascentes Imperiais, de Contagem, observou que o traçado, "que rasga pelo meio 11 municípios", não vai resolver o problema de mobilidade da Grande BH. "Poderia estar investindo para que o metrô chegasse em Betim, em transporte coletivo e na revitalização do Anel Rodoviário. Aí, sim, a gente estaria aplicando bem este dinheiro. O que soa é que se está fazendo uma grande gambiarra ao custo de R\$ 5 bilhões", criticou.

Assim como Valdir, o assessor da Comissão Pastoral da Terra Frei Gilvander Luís Moreira sugere alternativas para a mobilidade da Grande Belo Horizonte. "Primeiro, ampliar o metrô de Belo Horizonte para várias cidades da Região Metropolitana", começa. "Segundo, resgatar o transporte de passageiros por trens, realidade que tinha há 50 anos atrás. Terceiro, desengavetar um projeto que o ex-governador Fernando Pimentel (PT) mandou fazer sobre a viabilidade de duplicar o Anel Rodoviário", propõe.

A deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL), que chamou o empreendimento de "rodominério", afirmou que a obra nasceria de um "ato de moralidade". "A

gente tem o crime de Brumadinho, a morte de 270 pessoas, a destruição de um rio, a destruição do Estado pelas mineradoras, virando recursos para uma obra que vai facilitar o escoamento do minério de ferro no **Rodoanel**", criticou a parlamentar.

Porém, o prefeito de Sabará, Wander Borges (PSB), apontou que o **Rodoanel** Metropolitano remediaria o número de acidentes de trânsito. "Qual é o melhor caminho? Se esse não é o melhor caminho, tem uma alternativa? O que nos resta enquanto Minas Gerais? As cidades que estão ao longo da BR-381 precisam de uma solução. Qual é? Uma alça nova? Um **rodoanel**? Uma outra via? A duplicação do anel atual? É essa discussão que precisa ser ampliada para a sociedade como um todo", salientou Borges.

Questionado, o subsecretário de Transporte e Mobilidade da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), Aaron Duarte Dalla, argumentou que o traçado, como licitado, foi estudado por dois anos. "O **Rodoanel**, à medida que tira veículos pesados do Anel Rodoviário, ele gera um ganho significativo na mobilidade. Então, ele vai trazer inúmeros benefícios sobretudo para a população da Região Metropolitana, mas para Minas Gerais como um todo", respondeu.

Orçado em R\$ 5 bilhões pelo governo de Minas, a concessão do **Rodoanel** Metropolitano à italiana INC S.P.A. será por 30 anos. O Estado vai investir cerca de R\$ 3 bilhões - recurso proveniente do acordo de reparação da Vale pela tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos, em 2019. Os outros R\$ 2 bilhões deverão ser investidos pelo grupo italiano. O projeto prevê a construção de aproximadamente 100 quilômetros de malha rodoviária em 11 municípios.

Site: <https://www.otempo.com.br/politica/rodoanel-sociedade-civil-aponta-que-tracado-nao-atenderia-mobilidade-urbana-1.2888615>

Instalação de radares não resolve problema do Anel, diz especialista

Pedro Faria

Sete novos radares de velocidade estão sendo instalados nos pouco mais de 27 quilômetros do Anel Rodoviário, que percorre a Grande Belo Horizonte. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os equipamentos devem começar a funcionar entre 30 e 60 dias.

Mesmo com o reforço na fiscalização, especialistas apontam que os acidentes na rodovia não acontecem apenas pelo excesso de velocidade. Segundo Silvestre de Andrade, consultor de transporte e trânsito, a atual estrutura da rodovia não comporta a quantidade de veículos. "O anel tem uma demanda maior que a capacidade. Tem falta de marginais, passarelas. Uma série de problemas mais estruturais, que precisam ser resolvidos. E tem um problema sério, funcional, que é a mistura do tráfego urbano com o rodoviário. São jeitos diferentes de encarar. Tem um tráfego de caminhões no meio de veículos de passeio", explicou Silvestre.

Apesar disso, o aumento na fiscalização é visto com bons olhos. Silvestre aponta que a instalação dos radares é uma das principais formas de aumentar a segurança nas estradas. "Os radares são fundamentais porque é uma forma de fiscalização 24 horas por dia, sete dias por semana e permanente no local que não tem como burlar. A tendência a respeitar ela é muito grande. E com isso ela inibe velocidades maiores e cria um ambiente de maior segurança", disse.

O reforço na fiscalização acontece quase três anos após os "pardais" terem sido removidos do trecho entre os bairros Califórnia e São Gabriel. Na época, a retirada aconteceu devido a um acordo judicial homologado pela Justiça Federal em 2019, que previa a instalação de outros 1.140 radares em todo o país. Parte deles está sendo reativada agora.

Quem passa pelo Anel Rodoviário aprovou a instalação. A estudante de psicologia Lina Campos precisa utilizar a via diariamente e espera que os novos radares deixem a estrada mais segura. "O Anel é muito perigoso, podemos ver pelo tanto de acidente que tem. A estrada também não está muito boa, alguns radares não estão funcionando. Os radares podem sim ajudar bastante a diminuir os acidentes",

disse.

LEIA MAIS

Na manhã desta terça-feira (27), um motociclista de 35 anos morreu após atingir um caminhão na altura do bairro Jardim São José, região Oeste da capital.

Em fevereiro deste ano, uma sequência de acidentes envolvendo ao menos quatro veículos matou duas pessoas e fechou os dois sentidos da rodovia. Um carro atropelou um pedestre que tentava atravessar a pista.

Durante o atendimento à vítima, um caminhão carregado de milho tentou desviar e foi atingido por outra carreta. Uma delas ficou em L, atravessou a pista e prensou outro carro que seguia no sentido Rio de Janeiro.

Em 2022, foram registrados mais de dois acidentes por dia com vítimas. Ao todo, a Polícia Militar Rodoviária (PMRv) registrou mais de 700 batidas ao todo, com 60 mortes no total.

O problema não pode ser apenas da rodovia. Silvestre aponta que os motoristas também têm uma parcela de culpa na quantidade elevada de acidentes. "No mínimo 70% dos acidentes tem o envolvimento do fator humano. Ele entra de algum jeito nos acidentes. Seja com o desrespeito da sinalização, excesso de velocidade ou uso de bebidas alcoólicas", contou.

Apontado como uma solução para a atual situação do Anel Rodoviário, o **Rodoanel** surgiu e pode ser finalizado até 2028. Com 100 quilômetros de malha rodoviária, o **Rodoanel** vai passar por Belo Horizonte e outras 10 cidades da região metropolitana, entre elas Contagem e Betim, que criticaram vigorosamente o traçado do projeto. A obra promete desafogar o trânsito da RMBH, reduzindo o tempo de viagem no trecho em até 50 minutos.

Devido ao fato de separar o trânsito urbano do trânsito de estradas, Silvestre aponta que o novo projeto pode resolver grande parte dos problemas do Anel Rodoviário. "O Anel virou uma avenida, a única expressa de BH. Ela ajuda, liga uma série de regiões da cidade com outras cidades. É importantíssimo para a capital. Tem um tráfego rodoviário pesado, são três

rodovias passando ali, temos que dividir isso, dar um tratamento pro anel atual, mais urbano, tirando ele da visão rodoviária, tratando mais como avenida. E disponibilizar uma verdadeira rodovia para o tráfego pesado. O novo **rodoanel** vai ter essa função de tirar o tráfego pesado do dia a dia", explicou.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/06/27/interna_gerais,1513079/instalacao-de-radares-nao-resolve-problema-do-anel-diz-especialista.shtml

Será necessário muito mais do que radares no Anel Rodoviário

Por O Tempo

O Anel Rodoviário já registrou 16 mortes entre janeiro e junho deste ano, o que representa 61% do total de óbitos em todo o passado, quando 26 vidas foram perdidas nos 27 km do trecho. Os números são da Polícia Rodoviária Federal.

Para frear essa tragédia, será necessário muito mais do que os sete radares que estão sendo instalados na via. Os equipamentos têm o poder de inibir o excesso de velocidade e, conseqüentemente, reduzir a violência de eventuais colisões. Contudo, a estrutura do Anel carece de passarelas, sinalização e iluminação em diversos trechos.

O alto número de colisões ainda é motivado por fatores humanos, responsáveis por 95% dos acidentes que ocorrem no trecho, como consta em reportagem de quarta-feira em O TEMPO . Essa lista inclui o uso de celular, embriaguez e descumprimento de diversas normas de trânsito.

Além do risco à vida, o Anel Rodoviário é um dos grandes gargalos do trânsito da região metropolitana. Qualquer acidente é capaz de causar quilômetros de congestionamento. Em 2022, foram registrados em média dois sinistros com vítima por dia no trecho, segundo a Polícia Militar Rodoviária.

A construção do **Rodoanel** tem sido vendida como a solução para desafogar o trânsito no atual Anel. As obras estão previstas para começar em 2024, mas ainda pairam dúvidas sobre a real capacidade do **Rodoanel** de absorver os caminhões pesados que hoje passam pelo Anel Rodoviário.

Especialistas apontam que o número de vias previstas no **Rodoanel** - duas em cada mão - serão insuficientes.

Ainda que o **Rodoanel** consiga resolver parte do problema, a mobilidade urbana na região metropolitana necessita de mais investimentos em transporte público que interligue os municípios.

O caos que se vê atualmente no Anel, principalmente nos horários de pico, é resultado também da falta de alternativa de transporte na região. Motoristas de carros pequenos, ciclistas e motociclistas não têm

outra alternativa a não ser arriscar a vida para chegar ao destino.

Site: <https://www.otempo.com.br/opiniao/editorial/sera-necessario-muito-mais-do-que-radares-no-anel-rodoviario-1.2946426>

"Segunda gestão será melhor do que a primeira", diz Romeu Zema

Por Queila Ariadne

Convidado para falar de política no Conexão Empresarial, o governador Romeu Zema (Novo) aproveitou a oportunidade para ressaltar seu compromisso com o Estado. "Minas Gerais terá uma segunda gestão melhor do que a primeira", afirmou o governador reeleito, diante de lideranças públicas e privadas que lotaram o teatro do Grande Hotel Termas de Araxá, sua terra natal.

"Hoje a casa já está arrumada, as contas estão arrumadas. E apesar de ainda estarmos em uma situação difícil, não está caótico como estava há quatro anos e meio, quando não tínhamos nenhuma parede repintada em todo o Estado", destacou Zema.

Segundo o governador, Minas já tem centenas de obras sendo executadas. "Algumas gigantes, que serão iniciadas em breve e já temos recursos definidos, como as do metrô de Belo Horizonte e do **rodoanel**. E também a recuperação de estradas, dos hospitais regionais de todas as regiões e das Unidades Básicas de Saúde (UBS)", garantiu.

O governador lembrou que o Brasil é o país que menos tem crescido no mundo. Segundo ele, isso acontece porque oportunidades são constantemente perdidas. "Há 40 anos, quando eu ainda estudava, o Brasil representava 4% da economia global. Agora representa menos de 2,3%, com tendência de queda. Isso acontece porque temos deixado muito a desejar nas reformas estruturais", comentou.

Zema prometeu articular forças junto com outros governadores para garantir que a Reforma Tributária seja realizada com responsabilidade, sem trazer danos para os Estados. "Nós temos que continuar esse trabalho por um bom tempo para conquistarmos uma situação mais confortável, que traga de volta mais investimentos. Temos feito muito, mas ainda há muito a se fazer. O trabalho foi apenas iniciado, mas, necessário, mas pelo menos não estamos mais no caminho do precipício. Subimos os primeiros degraus de um prédio muito alto e temos que continuar avançando. Espero que a nossa Câmara Federal e nossos senadores sejam bastante sábios nas decisões que tomarão em breve, principalmente no que diz respeito à reforma tributária", afirmou Zema, que na última terça-feira esteve em Brasília para discutir o

texto que está em tramitação no Congresso.

Site: <https://www.otempo.com.br/economia/segunda-gestao-sera-melhor-do-que-a-primeira-diz-romeu-zema-1.2982263>

Movimento pede início de obras do Rodoanel no entroncamento com a BR-381 em BH

Por Raíssa Oliveira

Integrantes do Movimento Pró-Vidas da BR-381 se reuniram na manhã desta segunda-feira (24 de julho), com o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, Pedro Bruno Barros, para solicitar que a obra do **Rodoanel** Metropolitano de Belo Horizonte comece no entroncamento com a BR-381, no distrito de Ravena. O objetivo é diminuir o número de congestionamentos na saída da capital.

O grupo, formado por prefeitos de cidades mineiras localizadas às margens da BR-381, parlamentares e dirigentes de entidades representativas de empresários e sociedade civil, esteve na Cidade Administrativa, em BH, para apresentar demandas. A principal queixa do movimento é o "gargalo", entre a saída de BH e o posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em Sabará - palco de congestionamentos diários.

"O nosso grande gargalo é a saída de BH. Hoje, por exemplo, eu saí de João Monlevade e gastei 1h15 até o posto da PRF. No entanto, gastei mais 1h30 para entrar em BH, isso em um trecho que é de 25 a 30 km", reclama Clésio Gonçalves, coordenador do movimento. Ele defende que o trecho deve ser priorizado pela concessão para o início das obras.

"O anel liga a BR-040 a BR-381, então poderia começar por uma das duas, mas pedimos pela BR-381. Começando por ali, vai diminuir o fluxo de veículos na BR-381. Quem for para Contagem Santa Luzia ou Betim, vai pelo **Rodoanel**. Se priorizarmos o início ali, teremos uma solução mais rápida para o trecho", afirma.

O coordenador revelou à reportagem de O TEMPO que a pauta recebeu apoio do secretário Pedro Bruno Barros. No entanto, explica que a demanda ainda deve demorar algum tempo para ser atendida. "Tivemos apoio da secretaria, mas o processo é lento. Foi feita a concessão, mas ela ainda está no processo de obtenção de licença ambiental e desapropriação, e só depois teremos as obras", pontua.

Como solução rápida para o grande número de

congestionamentos na saída de BH, o movimento aposta na construção de um terceira faixa "móvel" no trecho entre BH e o posto da PRF. A ideia é que a pista possa ter a direção invertida, de acordo com a movimentação de tráfego diária. A proposta será apresentada em reunião também nesta segunda-feira (24 de julho), na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), na capital.

"De imediato precisamos resolver a saída de BH. Antes o local tinha congestionamento nos fins de semana e feriados, mas agora o engarrafamento é constante. Precisamos ressaltar que o engarrafamento gera morte porque o motorista quando sai costuma correr para compensar o atraso na rodovia perigosa, pacientes do interior correm risco devido a demora no trecho. Sem contar com o preço dos fretes que aumentam, tendo em vista que a viagem de 2 horas tem aumentado para 5", reclama.

O problema será discutido em reunião entre representantes do Movimento e o novo superintendente do DNIT, às 16h30, na sede do órgão.

Além da construção do **Rodoanel**, o trecho da BR-381 na saída de BH também será alvo de concessão. No início deste mês, o governo federal publicou o edital de privatização trecho entre a capital mineira e Governador Valadares, conhecido como "Rodovia da Morte".

O leilão está marcado para acontecer no dia 24 de novembro. Estão previstas cinco praças de pedágio na concessão, deverão custar entre R\$ 11 e R\$ 16 cada.

Site: <https://www.otempo.com.br/cidades/movimento-pede-inicio-de-obras-do-rodoanel-no-entroncamento-com-a-br-381-em-bh-1.3086580>

MG: Ativistas pedem melhorias na BR-381 ao novo superintendente do DNIT

Estado de Minas

Ativistas do movimento Pró-Vidas BR-381 se reuniram, nessa segunda-feira (24/7), com representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) para tratar sobre melhorias nas rodovias que passam por Belo Horizonte.

A reportagem do Estado de Minas conversou com Clésio Gonçalves, coordenador do movimento, que relatou alguns detalhes do que foi tratado nas reuniões e as possibilidades de se implementar essas melhorias.

Gonçalves afirma que a principal preocupação do movimento é como a rodovia será gerenciada e operada nos próximos anos, pois se o leilão previsto para novembro for efetivado, a empresa concessionária ainda terá um prazo para iniciar as obras de duplicação.

LEIA MAIS

A gente se preocupa com a BR nos próximos oito anos, porque o leilão [da concessão] está previsto para o dia 24 de novembro. O início das obras, se der tudo certo, é para o primeiro trimestre de 2024. Após a concessão, assinar o contrato, a concessionária ainda terá dois anos sem fazer a duplicação, diz o coordenador do movimento Pró-Vidas BR-381.

Sobre o objetivo dessas melhorias, ele é enfático ao dizer que o grande problema da BR-381 no atual momento é o gargalo das saídas de Belo Horizonte para outras localidades. O trecho em questão vai do do Anel Rodoviário de Belo Horizonte até a chegada do posto da Polícia Rodoviária Federal no município de Ravena.

Esse trecho, segundo o coordenador, foi a principal demanda feita pelo movimento para o novo superintendente do DNIT em Minas Gerais, Antonio Gabriel. No caso, a melhoria se daria com a implantação de uma faixa adicional na rodovia.

Pedir que seja feita uma faixa adicional, é um trecho de 5 km a 8 km. Por exemplo, na sexta-feira, com a faixa adicional, terá duas pistas de Belo Horizonte para o interior. No domingo ou na volta do feriado, terá duas pistas no sentido interior para a capital, destacou.

O movimento Pró-Vidas BR-381 também esteve presente no encontro o secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais, Pedro Barros.

De acordo com Gonçalves, a principal solicitação foi para que as obras do **rodoanel** ou Anel Metropolitano tenham início pela BR-381, o que teria como objetivo dividir o intenso fluxo de trânsito no local.

Site:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/07/25/interna_gerais,1525016/mg-ativistas-pedem-melhorias-na-br-381-ao-novo-superintendente-do-dnit.shtml